



Relatório de Gestão 2012

Volume I





04 27 38

2013-04-22

MUNICÍPIO DE LOURES
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ad. J. PPC
pro. c. trib.
Vereador
Ricardo Leão

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Loures

Eng.º Carlos Teixeira

V. Ex.
Ao D. P. F. L.
à atenção
Sr. V. R. Loures
2013-04-23

Of. 084/AM/MT

Data: 2013-04-18

ASS: PROPOSTA N.º 212/2013 – Demonstrações Financeiras, Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras consolidadas, Mapa de Fluxos de Caixa consolidado de Operações Orçamentais e Relatório de Gestão consolidado relativos ao exercício de 2012, da Câmara Municipal de Loures. (Apreciação e votação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o estabelecido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e no n.º 2 do Capítulo 2 do POCAL). Proposta da Câmara Municipal. **Relatório de Auditoria anual a 31 de Dezembro de 2012 da SROC.**

Junto se devolve a V. Excia. o assunto referido em epígrafe, após aprovação pela Assembleia Municipal de Loures, na 2.ª Sessão Ordinária, realizada em 2013-04-18.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal de Loures

Pedro Farmhouse

7ª Reunião Ordinária

03/04/2013

- Aprovada por:

Unanimidade ☐

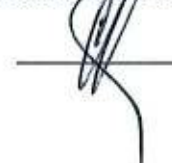
Maioria ☒

- Retirada da Ordem do Dia ☐

- Manter em Ordem do Dia ☐

Aprovado em Minuta

O Presidente da Câmara



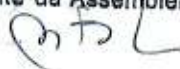
Aprovada por maioria
(51 presenças)

PROPOSTA

Deliberado em Assembleia Municipal

a 18/04/2013

Presidente da Assembleia Municipal



N.º 212 /2013

Considerando que:

a) A segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas, de acordo com o disposto no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de janeiro, e no n.º 1 do artigo 47.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que seguidamente se transcrevem:

“Artigo 49.º

Sessões ordinárias

1 – A assembleia municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro

2 – A segunda e a quinta sessões destinam-se, respetivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, bem como à aprovação das opções do plano e da proposta do orçamento,...”.

“Artigo 47.º

Apreciação das contas

1 - As contas dos municípios e das freguesias, bem como das respetivas associações, são apreciadas pelo respetivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

2 -”.

b) Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, apreciar os documentos de prestação de contas, conforme previsto na alínea e) do n.º2 do artigo 64.º e na alínea c) do n.º2 do artigo 53.º, ambas da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro, que seguidamente se transcrevem:

“Artigo 64.º

Competências

1 - ...

2 – Compete à câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário ... e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;

... ”.

“Artigo 53.º

Competências

1 - ...

2 – Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara:

a) ...

b) ...

c) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

.... ”.

c) Face ao estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, fazem parte dos documentos de prestação de contas a demonstração de resultados e o relatório de gestão.

d) O artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, consagra a obrigatoriedade dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de empresas municipais elaborarem as contas consolidadas, e estipula que os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

“Artigo 46.º

Consolidação de contas

1 - Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.

2 - Os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL”.

e) As contas dos municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local devem ser remetidas, ao órgão deliberativo do município para apreciação, juntamente com os respetivos certificado legal e o parecer emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º2 do artigo 47.º e na alínea e) do n.º3 do artigo 48.º, ambos da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, que seguidamente se transcrevem:

“Artigo 47.º

Apreciação das contas

1 -

2 – As contas dos municípios e das associações de municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.”.

“Artigo 48.º

Auditoria externa das contas dos municípios e associações de municípios com participações de capital

1 - ...

2 - ...

3 – Compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.”.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea e) do n.º2 do artigo 64.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, ambas da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro, para posterior remessa à Assembleia Municipal de Loures para apreciação e votação, sobre os seguintes documentos:

- a) As Demonstrações Financeiras respeitante ao exercício de 2012, constantes do anexo I;
- b) O Relatório de Gestão de 2012, constante do anexo II.

Junto aos supra identificados documentos encontra-se o anexo III relativo ao dever de informação conforme Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o anexo IV respeitante à certificação legal das contas, ao parecer sobre as contas e ao relatório de auditoria anual, emitidas pelo Revisor Oficial de Contas ano de 2012.

- c) As Demonstrações Financeiras consolidadas respeitante ao exercício de 2012, constantes no anexo V;
- d) O Mapa de Fluxos de Caixa consolidado de Operações Orçamentais, constante no anexo VI;
- e) O Relatório de Gestão Consolidado, constante no anexo VII;

Junto aos documentos supra identificados relativos à prestação de contas consolidadas encontra-se o anexo VIII respeitante à certificação legal das contas consolidadas e ao parecer sobre as contas consolidadas, emitidas pelo Revisor Oficial de Contas.

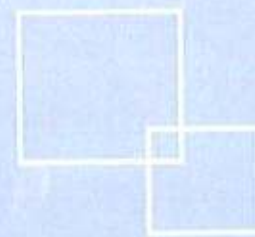
Loures, 26 de março de 2013

O Vereador



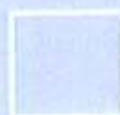
Ricardo Leão





Relatório de Gestão 2012

Volume I



723/1640



Preâmbulo

O presente relatório de gestão é um instrumento imprescindível de aferição da qualidade e responsabilidade da gestão municipal, uma vez que avalia a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos públicos disponíveis para a persecução das diferentes políticas aplicadas nas diversas áreas de intervenção municipal.

Num ambiente económico de incerteza, este documento, apresenta de forma rigorosa a análise orçamental, patrimonial e analítica, assim com as atividades realizadas no ano de 2012, mantendo os princípios e regras de rigor, transparência, o cumprimento da legalidade, permitindo o juízo por parte dos seus utilizadores.

As contas municipais são analisadas num contexto de fortes constrangimentos económicos agravados pela exigência do contributo para o equilíbrio das contas nacionais públicas de todos os sectores da economia ao que não estão alheios os municípios.

A Câmara Municipal de Loures, em 2012, evidencia um esforço de contenção e de racionalização dos custos de estrutura municipal prosseguindo os seus objetivos estratégicos nomeadamente: na melhoria a qualidade de vida, na proteção da população, na coesão e no bem-estar social, no desenvolvimento da responsabilidade social e no voluntariado, na dinamização da gestão urbanística e melhoria das infraestruturas e equipamentos, no fomento do desenvolvimento económico e na promoção do turismo, na identidade patrimonial, cultural, educacional e ambiental e na melhoria do desempenho organizacional, num quadro de ética e eficiência.

A gestão criteriosa e equilibrada permitiu a continuidade da capacidade de resposta a necessidades da população de Loures em consonância com as opções estratégica e as políticas definidas pelo Executivo, das quais se destacam as seguintes áreas:

- ✓ Geminação com Água Grande;
- ✓ Segurança e ordem pública – transferências para os bombeiros;

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- ✓ Rede escolar concelhia:
 - o Reparação das Juntas de Estrutura da EB1/JI de Moscavide (Qta da Alegria);
 - o Criação de bibliotecas escolares em escolas básicas: EB1/JI da Bobadela e EB1/JI de S. João da Talha;
- ✓ Fomentar a ligação da escola ao meio e do ensino à vida: Enriquecimento curricular;
- ✓ Serviços auxiliares de ensino: Transportes escolares, serviço de apoio à família e os auxílios económicos;
- ✓ Segurança e ação social – Apoio à construção de equipamentos sociais; Numa tentativa de combater a pobreza e a exclusão social, de promover o bem-estar social e a qualidade dos serviços criaram-se respostas sociais inovadoras, reforçaram-se parcerias institucionais, apelou-se às políticas de responsabilidades social das empresas, aproximamo-nos das pessoas, minimizámos as suas dificuldades; foram realizados 5.000 atendimentos sociais realizados pela equipa do Atendimento Integrado, numa média de 450/mês. As Lojas Solidárias de Camarate, Moscavide e Sacavém apoiaram cerca de 400 famílias através de géneros alimentares, roupa e calçado. O projeto Desperdício Zero distribuiu 88.730 Kg de alimentos, provenientes das Lojas Pingo Doce instaladas no Concelho de Loures, a 506 famílias. No Espaço Vida foram apoiadas e acompanhadas cerca de 400 vítimas de Violência Doméstica. O CLAI efetuou mais de 1400 atendimentos de imigrantes que recorreram ao serviço no âmbito dos seus processos de regularização.
- ✓ Incentivo e promoção da melhoria do parque habitacional consubstanciado no apoio a estratos socioeconómicos carenciados;
- ✓ Ordenamento do território – Conclusão da empreitada da Via de Acesso ao Hospital de Loures; Conclusão do projeto Naturba e projeto Euroscapes; Processo de Revisão PDM; Publicação de duas Áreas de Reabilitação Urbana – Sacavém e Moscavide; Delimitação da Unidade de Execução do Quarteirão da Vila Valente / Moscavide; Acompanhamento

da elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo; Outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em desenvolvimento:

- PU de Santo António dos Cavaleiros
 - PU de Unhos
 - PU de Camarate
 - PP da Zona Nascente de Loures
 - PP da Quinta do Correio Mor
 - PP da Quinta dos Almostéis
 - PP do Prior Velho
 - PP 5 da Zona de Intervenção da EXPO 98 – alteração
 - PP do Antigo Quartel de Sacavém
 - PP do Cabeço da Rosa
- ✓ Elaboração e aprovação da 9ª Carta Temática; Acompanhamento de obras de urbanização em três AUGI: Boavista à Murteira; Courelas e Qt da Calçada;
- ✓ Gestão cemiterial – Casa Mortuária de Fanhões;
- ✓ Serviços culturais, recreativos e religiosos – Conclusão da empreitada do Museu do Vinho e da Vinha em Bucelas; Manutenção dos apoios financeiros atribuídos aos agentes culturais e desportivos tendo por base os protocolos existentes entre o Município e o Movimento Associativo; No âmbito do desporto e da juventude destaca-se o índice de participação no troféu Corrida das Coletividades do Concelho de Loures; o Programa Mais Formação que permite a existência de 39 Centros Municipais de Formação Desportiva, nas mais variadas modalidades, apoiados pelo Município; A realização da Gala do Desporto; o Projeto Faz-te à Vida Aposta em Ti, que leva às escolas um curso de métodos e hábitos de estudo, a par de sessões de promoção de competências pessoais e sociais e o Projeto Não te Riques do Mundo, que consta de sessões de sensibilização sobre comportamentos de risco, realizadas nas escolas secundárias. No âmbito cultural realça-se a importante aposta realizada na programação dos equipamentos culturais, museus, galerias e



biblioteca que resultaram, por exemplo na duplicação do número de visitantes dos museus, em relação a 2011, ficando muito perto dos 15 mil. Saliente-se, ainda, a abertura do Centro de Interpretação das Linhas de Torres, em Bucelas. No âmbito das bibliotecas refira-se o sucesso da Biblioteca Móvel que se deslocou às escolas do 1º ciclo, possibilitando a este público o contato com o livro e com a leitura.

- ✓ Transportes e comunicações – Acesso ao hospital, muros de suporte e trabalhos complementares, sinalização e arruamentos;
- ✓ Divulgação de iniciativas turísticas – Dia mundial do turismo, festival do caracol saloio e o carnaval;
- ✓ Desenvolvimento económico.

Resumidamente apresentam-se de seguida os dados patrimoniais e orçamentais referentes a 2012:

- ✓ A 31 de dezembro de 2012, o resultado líquido apesar de ter diminuído continua a ser positivo na ordem dos 5,8M€;
- ✓ A diminuição dos resultados operacionais deve-se ao decréscimo dos proveitos operacionais em cerca de 11M€ e por outro lado ao decréscimo dos custos operacionais em 2,8M€. O decréscimo dos proveitos operacionais deve-se à diminuição das taxas, em cerca de 14,3M€ e das transferências e subsídios obtidos;
- ✓ Redução do passivo circulante da autarquia, em cerca de 12,7M€, devido à diminuição da dívida dos fornecedores conta-corrente, fornecedores com faturas em receção e conferencia e fornecedores de imobilizado conta-corrente;
- ✓ O rácio de liquidez geral aumentou 37% relativamente ao período homólogo, bem como o rácio da autonomia financeira e o grau de solvabilidade;

- ✓ O município de Loures encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), a 31 de Dezembro de 2012. O endividamento líquido é de -45,2M€ e o endividamento de MLP é de 16,3M€, tendo o município ficado ainda com margens de 21,6M€ e 9,5M€, respetivamente.
- ✓ Ao nível orçamental o Município apresenta uma taxa de arrecadação da receita na ordem dos 81,3%;
- ✓ No que respeita à taxa de execução da despesa esta é de 81,6%;
- ✓ As receitas da autarquia cresceram 6,4M€, 3,3M€ nas receitas correntes e 3,1M€ nas receitas de capital;
- ✓ Durante o ano 2012 o Município de Loures recorreu ao crédito bancário no valor de 8,1M€ (8M€ em empréstimos de curto prazo (CP) e o restante em Médio e Longo Prazo (MLP)) contudo amortizou em empréstimos bancários cerca de 14M€ (8M€ em empréstimos de CP e o restante em MLP);
- ✓ As transferências para as Juntas de freguesia representam 9,1% do total da despesa;
- ✓ A taxa de execução das Opções do Plano é de 77,2%, pois de uma dotação de 70,5M€ foram realizados 54,4M€;
- ✓ Em relação ao Plano Plurianual de Investimento a taxa de execução foi de 74,1%;
- ✓ O princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido pois o rácio de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes é de 1,12;



- ✓ A autarquia de Loures tem um total de colaboradores de 2.171, decresceu relativamente ao ano de 2011 em cerca de 0,4%.



Quero reiterar o meu reconhecimento à Assembleia Municipal e o seu presidente, pela forma com tem assegurado o relacionamento institucional com o Executivo que presido bem como a todos os vereadores eleitos sem exceção que contribuíram na promoção e salvaguarda dos interesses superiores das populações de Loures.

Também aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, agradeço a sua disponibilidade, empenho e dedicação na concretização dos objetivos traçados pelo Executivo Municipal que lidero.

Aos trabalhadores do município que apesar de vivermos tempos de alguma incerteza e contenção, reconheço a sua dedicação e zelo profissional no desempenho das suas funções.

Loures, 25 de Março de 2013

O Presidente da Câmara



Carlos Teixeira

Apresentação Geral e Metodologia



Apresentação Geral e Metodologia

Em cumprimento do estipulado no ponto 13, do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedeu-se à elaboração do presente Relatório de Gestão relativamente ao ano económico de 2012, para efeitos de apreciação, pelos Órgãos Autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art.º 64, n.º 2, alínea e), e 49.º, n.º 2, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de Prestação de Contas (Balanço e Demonstração de Resultados).

É igualmente parte integrante deste relatório a carta temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 56-A da Lei 91/95, de 2 de Setembro, na redação da Lei 10/2008, de 20 de Fevereiro (anexo A).

Este relatório de Gestão tem como objetivos:

- Apresentar a atividade desenvolvida no âmbito da gestão de meios humanos – volume I (Gestão de meios humanos);
- Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 – volume I (Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012);
- Analisar a situação económico/financeira da Autarquia, do ponto de vista Patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados de 2012 – volume I (Análise económica e financeira);
- Explicitar os níveis de arrecadação/execução da Receita e da Despesa por referência aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal – volume I (Execução orçamental);
- Analisar através da contabilidade de custos, os resultados da autarquia – volume I (Contabilidade de custos);
- Apresentação das principais atividades da autarquia no quadro de desenvolvimento da intervenção municipal – volume II

Na execução do orçamento de 2012 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental e a execução de todas as receitas e despesas foram feitas dentro dos princípios e regras contabilísticas legais exigidas.

A análise desenvolvida no presente documento é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas devidamente sustentadas em quadros e gráficos.



Gestão de meios humanos

Gestão de meios humanos

A 31 de dezembro de 2012 encontravam-se ao serviço da Câmara Municipal os seguintes trabalhadores.

Vínculo	Número de trabalhadores 2012 (31 de Dezembro)
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2.118 *
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo	5
Contrato de Prestação de serviços – Avença	23
Trabalhadores (de outras entidades) em mobilidade no Município	16
Trabalhadores (de outras entidades) em comissão de serviço no Município	2
Trabalhadores (de outras entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal	7
	2.171

* Apenas considera os trabalhadores com CTFPTI em exercício de funções na CML a 31/12/2012.

CAF | AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

A metodologia CAF, foi organizada com a constituição dos grupos CAF em todas as unidades orgânicas, neste seguimento, foi organizado o **1º workshop do DRH**, no qual foram reunidos cerca de noventa dirigentes e técnicos da Câmara de Loures, que debateram a Estrutura Comum de Avaliação – CAF. Na sessão estiveram presentes dois convidados: Cristina Evaristo, da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, e João Correia Vargues, da Câmara de Faro.

No DRH, a implementação da CAF resultou no **Projeto 4D**, o que permitiu integrar todas as divisões no processo e cujo relatório global foi concluído e remetido em Dezembro de 2012, visando a inclusão das ações de melhoria no plano de atividades do departamento para o ano de 2013.

PRÉMIO DAS AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

O DRH foi responsável em articulação com outros serviços municipais pela candidatura ao 4º Prémio do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, tendo a Câmara Municipal de Loures sido considerada uma das **Mais Familiarmente Responsáveis**, e assim distinguida com uma bandeira. Este Prémio avalia boas práticas dos municípios, nomeadamente ao nível da responsabilidade social interna.

REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE VOLUNTARIADO ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Loures já tinha assumido em 2011, como objetivo estratégico, promover a cidadania ativa, responsabilidade social e o voluntariado. Neste alinhamento, e dando continuidade ao trabalho iniciado, foi aprovado na 1.ª Sessão Ordinária de Assembleia Municipal realizada em 23 de Fevereiro de 2012, o **Regulamento da Atividade de Voluntariado Organizacional Prestada pelos Trabalhadores da Câmara Municipal de Loures**.

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS, ABONO PRÉ-NATAL E OUTRAS PRESTAÇÕES

Sobre as prestações atribuídas no contexto da proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar, registou-se, entre janeiro e dezembro, a seguinte evolução no número de beneficiários:

Escalão	Janeiro	Dezembro
Abono Pré-Natal - Família Clássica	0	0
Abono Pré-Natal - Família Monoparental	1	1
Abono de Família para Crianças e Jovens - Família Clássica	142	128
Abono de Família para Crianças e Jovens - Família Monoparental	141	147
Bonificação por Deficiência do Abono de Família para Criança	34	39
Bonificação por Deficiência do Abono de Família para Criança	19	24
Subsídio Mensal Vitalício	1	1
Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa	3	1
Bolsa de Estudo - Família Clássica	2	2
Bolsa de Estudo - Família Monoparental	5	4

Na sequência de alterações à legislação sobre o assunto, a apresentação da prova anual da situação escolar, para comprovativo das condições para manutenção do direito ao Abono de Família para Crianças e Jovens e à Bolsa de Estudo, passou a ser feita no mês de junho. Neste ano foram recebidas as provas referentes a **55** beneficiários destas prestações.

No mês de outubro foram rececionadas, analisadas e processadas **172** provas de rendimentos e da composição do agregado familiar, para efeitos de manutenção do direito ao Abono de Família para Crianças e Jovens.

CONTROLO DE ASSIDUIDADE

O controlo de assiduidade processa-se através do sistema de registo pontométrico e manualmente. No final do ano de 2012, verificava-se a seguinte distribuição:

Controlo da Assiduidade	
Trabalhadores com registo pontométrico	1.101
Trabalhadores sem registo pontométrico	1.019
Total	2.120

Para a não realização do registo pontométrico, identificam-se as seguintes razões:

Motivo	
Dirigentes/Membros dos Gabinetes de Apoio Pessoal ⁽¹⁾	62
Isentos por Despacho ⁽²⁾	191
Sem acesso a terminal de registo pontométrico ⁽³⁾	766
Total	1.019

⁽¹⁾ De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

⁽²⁾ De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

⁽³⁾ Inclui o Pessoal Não Docente.

Relativamente à modalidade de horário de trabalho praticada, em 31 de Dezembro de 2012 os trabalhadores distribuíam-se do seguinte modo:

Modalidade de Horário de Trabalho	
Flexível	647
Rígido	1.157
Jornada contínua	60
Turno	194
Isento de horário	62
Total	2.120

Ao longo de 2012 foram emitidos, mensalmente, os relatórios referentes a assiduidade não regularizada através da aplicação informática disponibilizada para o efeito aos trabalhadores com registo pontométrico, e as informações relativas à violação do crédito de tempo nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 28.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

No que respeita à justificação de faltas, foram registados e processados **2965** certificados de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença (Atestados Médicos, Baixas Médicas e Declarações de Internamento Hospitalar), dos quais se deu conhecimento aos respetivos Serviços, de acordo com o procedimento estabelecido, por via eletrónica.

Sobre estes, foram emitidos **104** pedidos de verificação domiciliária de doença, e **295** pedidos de submissão a Junta Médica para trabalhadores do Município.

Relativamente a outros tipos de faltas ao serviço, gozo de licenças, alteração de horários e outros assuntos, os requerimentos tratados em 2012 apresentaram-se assim distribuídos:

Tipo de requerimento	
Pedido de justificação de faltas ao serviço (que não com dias de férias)	275
Pedido de justificação de faltas por atraso na entrega de atestado médico / baixa médica	9
Gozo de dia de descanso compensatório remunerado, por trabalho extraordinário realizado em dia normal de trabalho, dias de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em feriado	1.613
Gozo de licença de parentalidade	63
Autorização do abono do vencimento de exercício perdido	455
Licença sem remuneração	18
Pedido de prática de "jornada contínua" para assistência a filho menor, ou por motivos de saúde	15
Pedido de redução de horário para amamentação/aleitação	21

Em 2012 foram identificadas um total de **94.551** justificações de faltas.

Durante este ano, foram **55** os trabalhadores que iniciaram funções ao abrigo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Por outro lado, verificou-se a saída de **7** trabalhadores por denúncia do seu contrato, **2** demitidos (na sequência de processo disciplinar por faltas injustificadas), e **13** por consolidação das respetivas mobilidades noutras entidades, tendo-se registado a aposentação de **56** e a morte de **6**.

Das várias entradas e saídas de trabalhadores por motivos de mobilidade e licença sem remuneração resultou a seguinte realidade, à data de 31 de Dezembro de 2012:

Situação	
Em licença sem remuneração	47
Trabalhadores municipais, em mobilidade (em diversas entidades)	15
Trabalhadores municipais, em comissão de serviço (em diversas entidades)	13
Trabalhadores municipais, eleitos locais (em diversas entidades)	3
Trabalhadores municipais, ao abrigo de acordo de cedência de interesse público	1
Trabalhadores (de diversas entidades) em mobilidade no Município	15
Trabalhadores (de diversas entidades) em comissão de serviço no Município	2
Trabalhadores (de diversas entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal	5

MAPA DE FÉRIAS

De acordo com o procedimento definido e o previsto na legislação em vigor sobre o assunto, foram elaborados, divulgados e tratados **79** mapas de férias em suporte papel, mantendo-se a marcação por este meio, em simultâneo ao seu preenchimento na aplicação informática de controlo do registo pontométrico (por cada trabalhador, a validar pelo dirigente responsável).

Foram ainda registados e processados os dados referentes a **4430** requerimentos de marcação de dias de férias ou de alteração dos já marcados nos respetivos



mapas, que desde outubro passaram a ser tratados exclusivamente pela via eletrônica.



ADSE

Relativamente aos beneficiários da ADSE, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

Tipo de Procedimento	
Inscrição de Beneficiários Titulares	48
Inscrição de Beneficiários Familiares	66
Anulação de Beneficiários Inscritos	22
Alterações de elementos dos Beneficiários Titulares e Familiares	97
Conferência de mapas de R.O. (encargos com assistência prestada a beneficiários da ADSE)	36
Manutenção de direitos de descendentes	203
Alterações por mudança de cartões	1.531
Ofícios referentes a alterações várias	51
Total	2.054

ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

No total, em 2012 foram recebidos na DARH **75** novos pedidos de concessão do Estatuto de Trabalhador-Estudante. Em julho contabilizavam-se 80 trabalhadores a usufruir do Estatuto de Trabalhador-Estudante, para o ano letivo de 2011/12, e no mês de dezembro este Estatuto já tinha sido atribuído a **41** trabalhadores, para o ano letivo de 2012/13.

Ao abrigo deste Estatuto, foram tratados **317** requerimentos de dispensa para realização de exames, e **7** para gozo de licença sem remuneração.

APOSENTAÇÕES

No decorrer do ano, este Serviço promoveu resposta a **100** pedidos de contagem de tempo para efeitos de aposentação, tendo fornecido informações e esclarecimentos vários, a pedido dos trabalhadores, nomeadamente quanto a simulações dos valores de pensão ou de previsão de datas para a aposentação pela Caixa Geral de Aposentações.

Relativamente aos processos de Aposentação, sobre o ano em causa apurou-se o seguinte:

Aposentação por Antecipação (Art.º 37.º-A do Estatuto da Aposentação)	N.º de Processos
Processos iniciados em 2012 (Caixa Geral de Aposentações - CGA)	51
Aposentados em 2012 pela CGA - processos iniciados em 2012	9
Aposentados em 2012 pela CGA - processos iniciados em 2011	31
Aposentados em 2012 pela CGA - processos iniciados em 2010	8
Reformados em 2012 pelo CNP - processos iniciados em 2011	1
A aguardar aposentação em 31/12/2012 – proc.ºs iniciados em 2011 (CGA)	1
Pendentes de decisão da CGA em 31/12/2012 - proc.ºs iniciados em 2012	42
Pendentes de decisão da CGA em 31/12/2012 - proc.ºs iniciados em 2011	1
Processos iniciados em 2011 (CGA), anulados por falecimento do trabalhador	1
Aposentação por Incapacidade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	N.º de Processos
Processos iniciados em 2012 (CGA)	11
Aposentados em 2012 pela CGA - proc.ºs iniciados em anos anteriores	4
A aguardar aposentação em 31/12/2012 – proc.ºs iniciados em 2012 (CGA)	1
Pendentes de decisão da CGA em 31/12/2012 - proc.ºs iniciados em 2012	7
Indeferidos - processos iniciados em 2012 (CGA)	3
Indeferidos - processos iniciados em anos anteriores (CGA)	6
Aposentações por Limite de Idade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	N.º de Processos
Processos iniciados em 2012 (CGA)	1
Aposentados em 2012 pela CGA - proc.ºs iniciados em 2012	1
Aposentados em 2012 pela CGA - proc.ºs iniciados em 2011	2
Reformados em 2012 pelo CNP – proc.ºs iniciados em 2011	1
A aguardar aposentação em 31/12/2012 - proc.ºs iniciados em 2011 (CGA)	1

ACIDENTES EM TRABALHO

Neste ano de 2012, registou-se um total de **4393** dias de faltas por acidente em trabalho, documentadas da seguinte forma:

Situações	Qtd.
Novas participações de acidente em trabalho	121
Incapacidades declaradas por acidente em trabalho	333
Altas após acidente em trabalho	157
Processos enviados para Junta Médica da CGA	2
Processos pendentes para marcação de Junta Médica da CGA (em 31/12/2012)	2

DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Ao longo do ano de 2012 deu-se continuidade ao procedimento concursal iniciado em outubro de 2011, para o preenchimento de **30** postos de trabalho na carreira de assistente operacional, categoria de assistente operacional, para o exercício de funções no âmbito dos serviços auxiliares e de apoio às atividades educativas, afetas ao Departamento de Educação.

Uma vez concluído este procedimento concursal, dos **30** novos contratados, **21** iniciaram funções no mês de junho, **5** no mês de julho, **3** em agosto, e **1** em setembro.

Através da utilização da reserva de recrutamento criada neste procedimento concursal, foi ainda possível promover a admissão de mais **10** trabalhadores em outubro, e de **15** em dezembro.

Em outubro de 2012 foi publicado o aviso de abertura de seis novos procedimentos concursais, para a categoria de Técnico Superior, nas áreas de Arquitetura, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, Educação Social, e Engenharia de Máquinas - 1 posto de trabalho para cada -, Ciências Sociais - 4 postos de trabalho -, e Gestão - 2 postos de trabalho.

Sobre estes procedimentos, em dezembro já havia decorrido o período de pronúncia dos interessados (depois de notificados os candidatos excluídos do procedimento), estando já em curso a aplicação do método de seleção de Avaliação Curricular para os candidatos a quem este se emprega nos termos da legislação em vigor sobre o assunto.

Em termos de contratos de trabalho a termo resolutivo certo, foram desenvolvidos os procedimentos necessários à renovação dos **5** que vigoram atualmente nesta Autarquia.

AValiação DO PERÍODO EXPERIMENTAL

Em cumprimento do disposto legalmente sobre o assunto, durante o ano de 2012 esta Área providenciou pela avaliação do período experimental de **36** trabalhadores, dos quais:

Carreira	N.º de trabalhadores
Técnico Superior	2
Assistente Técnico	4
Assistente Operacional	30

RESPOSTA A PEDIDOS DE EMPREGO / CANDIDATURAS ESPONTÂNEAS

Uma das tarefas específicas da Área de Recrutamento e Seleção é dar resposta aos pedidos de emprego, candidaturas espontâneas e pedidos de informação sobre os procedimentos de recrutamento de recursos humanos.

Sobre este assunto, neste ano foram providenciadas as respostas a um total de **302** pedidos.

III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1. PLANEAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

MOBILIDADE GERAL

A gestão dos procedimentos da Mobilidade Geral e a manutenção do Portal de Mobilidade implicaram as seguintes atividades:

Distribuição das atividades de mobilidade geral

Atividades/Tarefas	Quantidade
Informação de pedidos mobilidade interna	58
Abertura de procedimentos de mobilidade interna através do Portal da Mobilidade	30
Avisos para Diário da República	13
Acordo de consolidação de mobilidade interna	24
Tratamento de pedidos de mobilidade	37
Regresso licença sem vencimento (reinscrição da CGA/SS)	1
Total	163

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Foram realizadas diversas reuniões preparatórias com os formadores internos, Escolas, Universidades e Entidades Formadoras Externas, nos seguintes âmbitos:

- Ações de Formação:
 - Planeamento e Desenvolvimento de Atividades de Tempos Livres;
 - Operacionalização do SIADAP3;
 - Literacia Financeira;
 - Iniciação ao SIG;
 - Planeamento e Desenvolvimento de Atividades de Tempos Livres;
 - Introdução à Informática e às Novas Tecnologias;
 - Sensibilização em 1ºs Socorros p/ monitores de OTL;
 - O AO no apoio ao EB 2,3 e os jovens;
 - Seminário da Lei dos Compromissos;
 - Orçamento de estado e as implicações na gestão autárquica;
 - A Lei da Finanças Locais e a Responsabilidade Financeira;
 - Motivação e Gestão por Objetivos;

- O Código de Contratação Pública (abordagem prática com elaboração das peças procedimentais);
- Igualdade de Género;
- Acessibilidade para Todos;
- Noções de Higiene e Segurança no Trabalho;
- Procedimentos com crianças com necessidades educativas especiais.

FORMAÇÃO INTERNA

No contexto da Formação Interna foram realizadas ações de formação de "Operacionalização do SIADAP 3", "Noções de Higiene e Segurança no Trabalho", "O Orçamento de Estado e as Implicações na Gestão Autárquica", "Introdução à Informática e às Novas Tecnologias", "A Lei das Finanças Locais e a Responsabilidade Financeira", "Igualdade de Género", "Acessibilidade para Todos", "Motivação e Gestão por Objetivos", "O Código de Contratação Pública" e "O Assistente Operacional no Apoio ao EB 2,3 e os jovens", bem como todos os procedimentos associados, abrangendo um total de **534 trabalhadores**.

FORMAÇÃO EXTERNA

Relativamente à formação externa realizaram-se **316** processos sem nenhum indeferimento, e ficaram 84 processos sem efeito.

AUTOFORMAÇÃO

A Área de Formação e Qualificação Profissional rececionou **349** requerimentos de autoformação.

ESTÁGIOS CURRICULARES

No ano 2012 foram recebidos, analisados e respondidos **104** pedidos de estágio curricular.



Dos **75** pedidos deferidos verificaram-se **29** desistências por parte dos estagiários e ou das escolas.



PROFISSIONAIS

No ano de 2012 foram recebidos, analisados, respondidos **2** pedidos de estágio profissional de muito curta duração.

PROCESSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

RVCC

Foi realizada em 29/03/2012 na *Biblioteca Municipal José Saramago*, uma sessão de encerramento de processos de RVCC Escolar/2011 que teve como objetivo a entrega de **47** Diplomas e Certificados de Qualificações;

Em maio de 2012, procedeu-se à receção das Inscrições e Sessões de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento Formativo;

Em junho, deu-se o início das sessões de RVCC | Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de nível básico e nível secundário de **59** trabalhadores municipais;

De junho a dezembro, cumprindo o cronograma das sessões de RVCC e em articulação com o CNO | Centro Novas Oportunidades do IPTRANS, procedeu-se ao acompanhamento técnico e administrativo dos 2 grupos de RVCC de nível básico e 2 grupos de RVCC secundário;

Em dezembro último, foram realizadas 10 sessões de Júri de Certificação de nível básico e 8 sessões de Júri de Certificação de nível secundário, que perfazem **18** certificações escolares.

EFA

Em articulação com o CNO do IPTRANS, procedeu-se ao acompanhamento técnico e administrativo dos grupos de RVCC de nível básico e/ou secundário, bem como, ao respetivo controlo da assiduidade.

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No ano 2012, o fluxo documental relativo aos procedimentos de avaliação do desempenho (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública - SIADAP 2 e 3), teve a seguinte expressão:

Fluxo Documental dos procedimentos de Avaliação do Desempenho

Fluxo	Envio para Homologação	Recebidas após Homologação	Remetidas ao Avaliador após Homologação	Concluídos/Arquivados
N.º Fichas de Avaliação do Desempenho 2010	96	104	98	644
N.º Fichas de Avaliação do Desempenho 2011	1.953	1953	1.888	1888
Total	2.049	2.057	1.986	2.532

APOIO AO FUNCIONAMENTO DO CCA

No âmbito das atribuições da Área de Gestão da Avaliação de Desempenho foram organizados todos os dados necessários à realização das 8 reuniões do Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA) e da sua Secção Autónoma (CCA/SA).

CONTROLO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DO SIADAP 2 E 3

Enviados e-mails para todos os avaliadores, em fevereiro, com indicação das orientações tomadas pelo CCA e a sua Secção Autónoma:

1. Prazos para realização das entrevistas/reuniões de avaliação, para comunicação da avaliação de 2011 e contratualização dos parâmetros de avaliação para o ano 2012;



2. Prazos para apresentação das propostas de atribuição da menção de excelente;
3. Divulgação dos critérios de avaliação para o ano 2012, bem como do Despacho n.º 1 da Presidência referente às competências a que se deve subordinar a Avaliação de Desempenho;
4. Informação sobre procedimentos relativos ao fluxo das fichas de avaliação e ao preenchimento de dados na aplicação informática do SIADAP.

Em março foi divulgado por todos os trabalhadores, via e-mail, o prazo para apresentação das propostas de avaliação de excelente, salientando-se que esta menção só poderia ser atribuída aos trabalhadores a quem havia sido validada a menção de Relevante. Foram recebidas **125** propostas de avaliação de excelente, cujos processos foram devidamente instruídos para apreciação por parte do CCA.

Foram recebidas na Área de Gestão e Avaliação de Desempenho, dentro do prazo legal, **13** pedidos de Apreciação pela Comissão Paritária.

Durante o ano 2012 foram apresentadas, dentro do prazo legal, **25** reclamações (22 referentes ao ano 2011 e 3 ao ano 2010). Deu-se provimento a **6** reclamações, provimento parcial a **5** e negou-se provimento a **10**. Aguardam resposta **4** reclamação.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício



Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de **5.758.141,97€**, seja distribuído por:

Reservas legais (5% do RL)

287.907,10€

Resultados transitados

5.470.234,87€

Análise Económica e Financeira



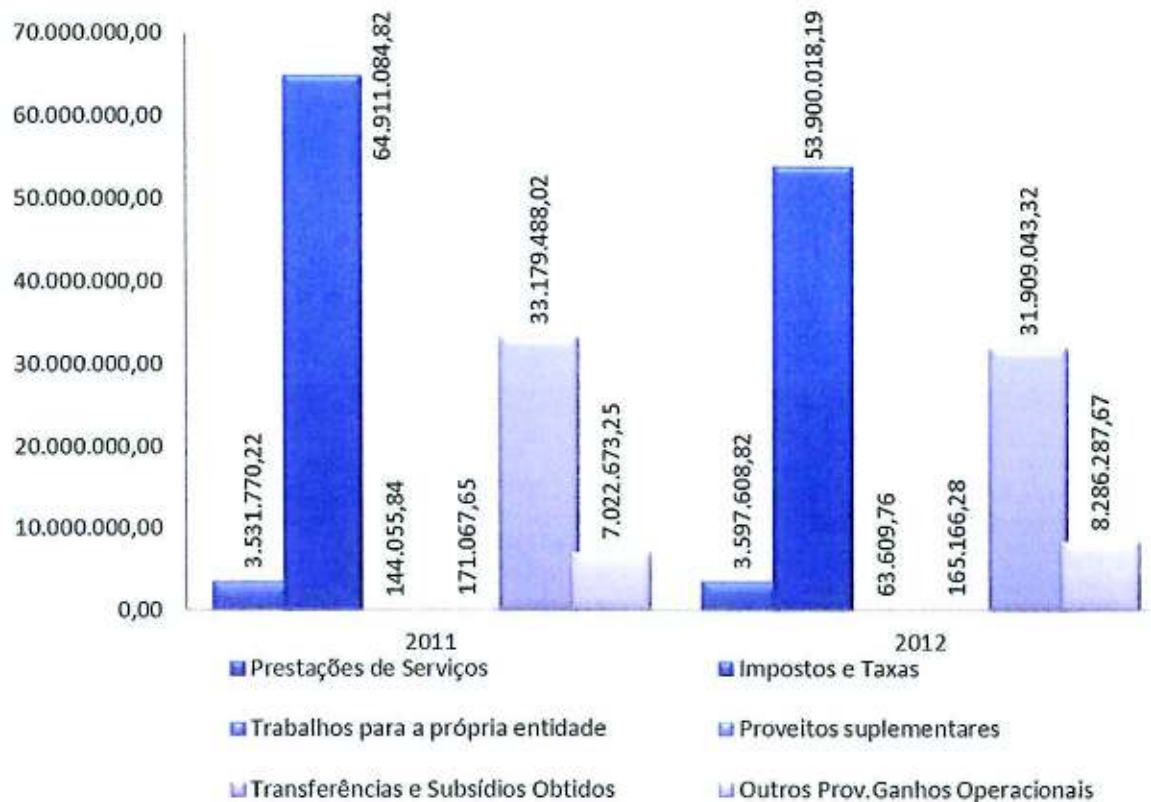
Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise económica

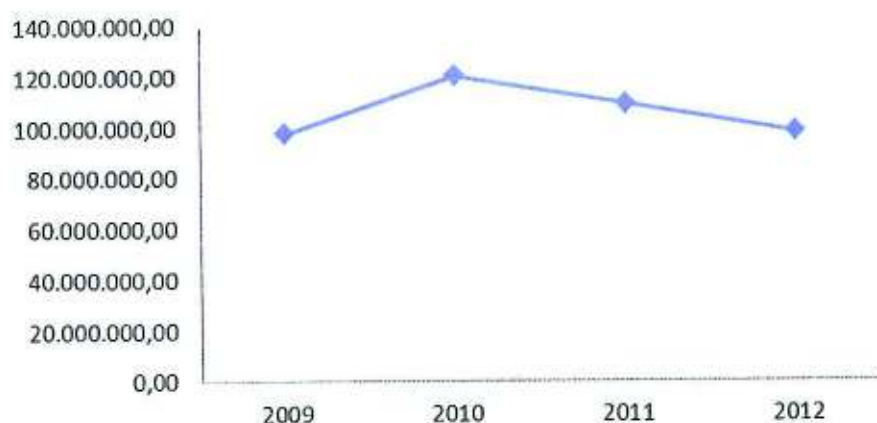
Em 2012 os proveitos operacionais da autarquia representaram 98,1M€.

Proveitos operacionais

Proveitos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Venda de mercadorias e de produtos	84.290,93	164.492,41	80.201,48	95,15%
Prestações de Serviços	3.531.770,22	3.597.608,82	65.838,60	1,86%
Impostos e Taxas	64.911.084,82	53.900.018,19	-11.011.066,63	-16,96%
Trabalhos para a própria entidade	144.055,84	63.609,76	-80.446,08	-55,84%
Proveitos suplementares	171.067,65	165.166,28	-5.901,37	-3,45%
Transferências e Subsídios Obtidos	33.179.488,02	31.909.043,32	-1.270.444,70	-3,83%
Outros Prov.Ganhos Operacionais	7.022.673,25	8.286.287,67	1.263.614,42	15,25%
Total	109.044.430,73	98.086.226,45	-10.958.204,28	-11,17%



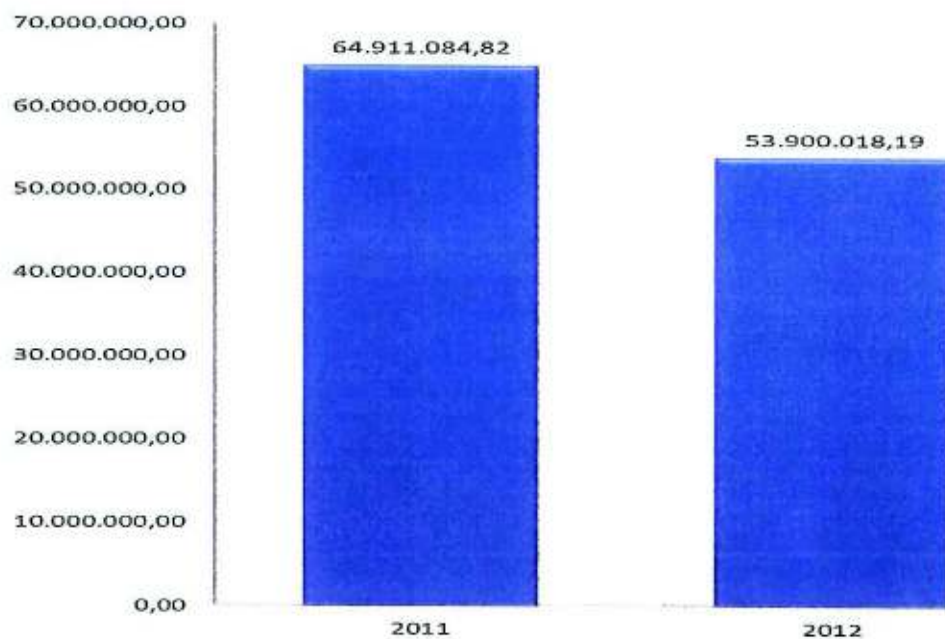
Os proveitos operacionais apresentam um decréscimo de 11,2% em relação ao ano transato. Quanto à tendência os dados registados levam a considerar que o movimento da mesma é decrescente.



Impostos e taxas

O decréscimo dos proveitos operacionais deve-se fundamentalmente à redução das receitas arrecadadas provenientes das taxas, que de 2011 para 2012 diminuíram cerca de 14,3M€.

Impostos e taxas	2011	2012	Variação	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	27.756.202,84	33.655.469,94	5.899.267,10	21,25%
Imposto Único de Circulação	3.769.792,12	4.098.919,24	329.127,12	8,73%
Imposto Municipal s/ Transm. Onerosas	9.315.333,35	7.222.274,81	-2.093.058,54	-22,47%
Derrama	5.092.643,02	4.829.721,92	-262.921,10	-5,16%
Impostos Abolidos	493.518,51	112.191,90	-381.326,61	-77,27%
Outros impostos directos	101.020,80	21.486,17	-79.534,63	-78,73%
Outros	1.723.938,17	1.862.412,06	138.473,89	8,03%
Taxas	17.547.861,06	3.288.490,00	-14.259.371,06	-81,26%
Reembosos e restituições	889.225,05	1.190.947,85	301.722,80	33,93%
Total	64.911.084,82	53.900.018,19	-11.011.066,63	-16,96%

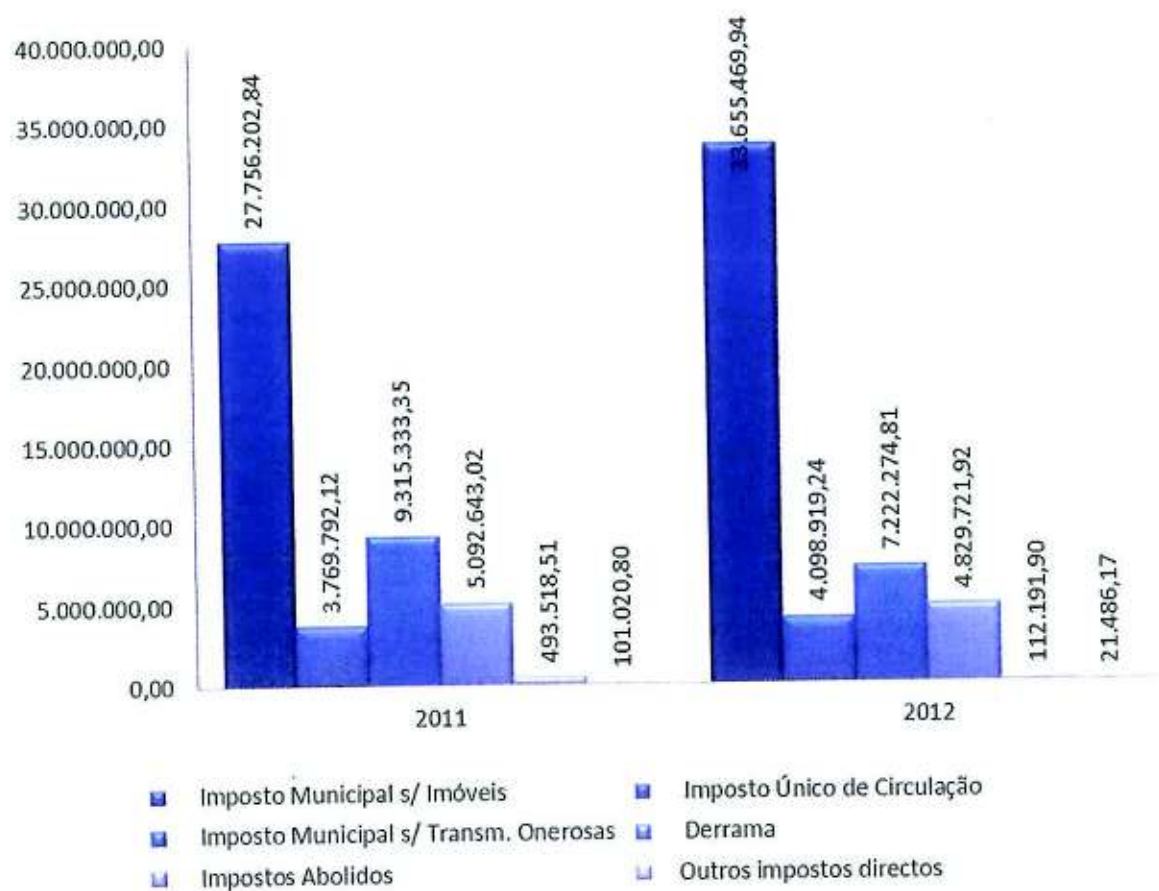



Os impostos e taxas representam 55% dos proveitos operacionais. Contudo no ano transato o seu peso era de 59,5%.

Taxas	2011	2012	Varição	%
Loteamento e obras	17.427.626,61	3.199.125,68	-14.228.500,93	-81,64%
Ocupação da via pública	1.632,26	2.584,00	951,74	58,31%
Caça, uso e porte de arma	219,03	255,19	36,16	16,51%
Outras	118.383,16	86.525,13	-31.858,03	-26,91%
Total	17.547.861,06	3.288.490,00	-14.259.371,06	-81,26%

Impostos Diretos

Impostos e taxas	2011	2012	Varição	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	27.756.202,84	33.655.469,94	5.899.267,10	21,25%
Imposto Único de Circulação	3.769.792,12	4.098.919,24	329.127,12	8,73%
Imposto Municipal s/ Transm. Onerosas	9.315.333,35	7.222.274,81	-2.093.058,54	-22,47%
Derrama	5.092.643,02	4.829.721,92	-262.921,10	-5,16%
Impostos Abolidos	493.518,51	112.191,90	-381.326,61	-77,27%
Outros impostos directos	101.020,80	21.486,17	-79.534,63	-78,73%
Total	46.528.510,64	49.940.063,98	3.411.553,34	7,33%



Os impostos directos representam 92,7% dos impostos e taxas.

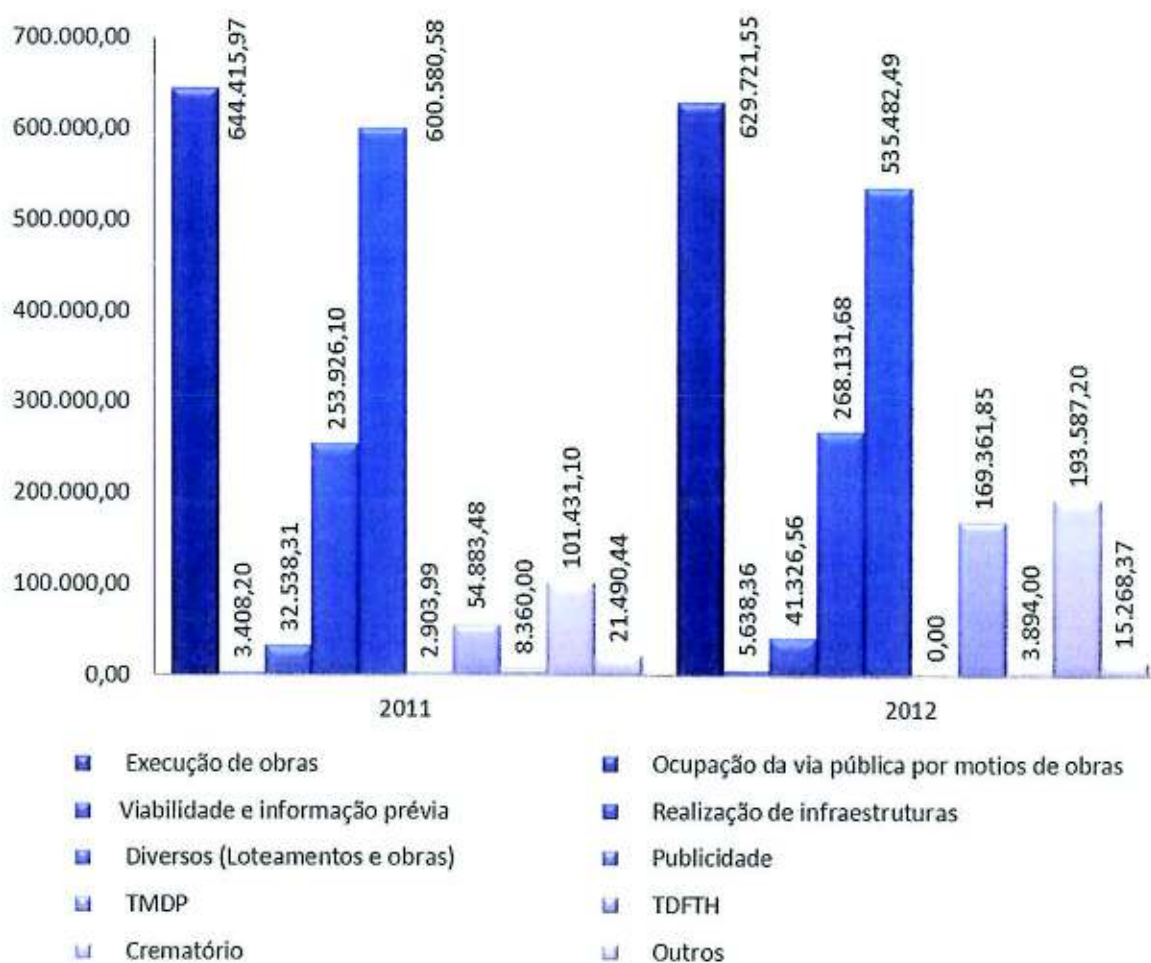
Relativamente a estes impostos registaram-se comparativamente a 2011:

- +5,9 M€ de Imposto Municipal sobre Imóveis;
- -2,1 M€ de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas;
- -0,4 M€ de Impostos Abolidos;
- -0,3 M€ de Derrama.

Outros impostos

Os Outros Impostos representam em 2012, 3,5% dos impostos e taxas face a 2,7% registados em 2011, relativamente aos resultados do ano destacam-se:

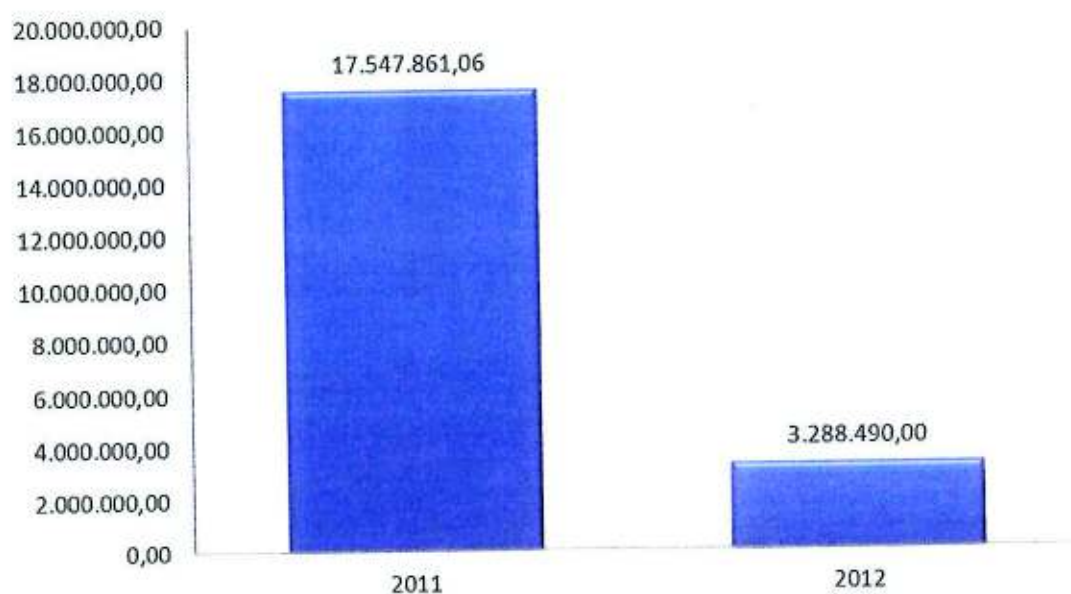
- +0,1M€ na taxa municipal dos direitos de passagem (TMDP);



Outros impostos	2011	2012	Variação	%
Execução de obras	644.415,97	629.721,55	-14.694,42	-2,28%
Ocupação da via pública por motos de obras	3.408,20	5.638,36	2.230,16	65,44%
Viabilidade e informação prévia	32.538,31	41.326,56	8.788,25	27,01%
Realização de infraestruturas	253.926,10	268.131,68	14.205,58	5,59%
Diversos (Loteamentos e obras)	600.580,58	535.482,49	-65.098,09	-10,84%
Publicidade	2.903,99	0,00	-2.903,99	-100,00%
TMDP	54.883,48	169.361,85	114.478,37	208,58%
TDFTH	8.360,00	3.894,00	-4.466,00	-53,42%
Crematório	101.431,10	193.587,20	92.156,10	90,86%
Outros	21.490,44	15.268,37	-6.222,07	-28,95%
Total	1.723.938,17	1.862.412,06	138.473,89	8,03%

Taxas

As taxas representam 6,1% do total dos impostos e taxas. Totalizam, em 2012, 3,3M€ face a 17,5M€ registados em 2011.



Comparativamente ao período homólogo, estas operações reduziram em cerca de 14,3M€. Em 2011 as taxas totalizam 17,5 M€. Destes cerca de 17,4M€ respeitam a loteamentos e obras sendo que 15,9M€ referem-se a cedências no âmbito de



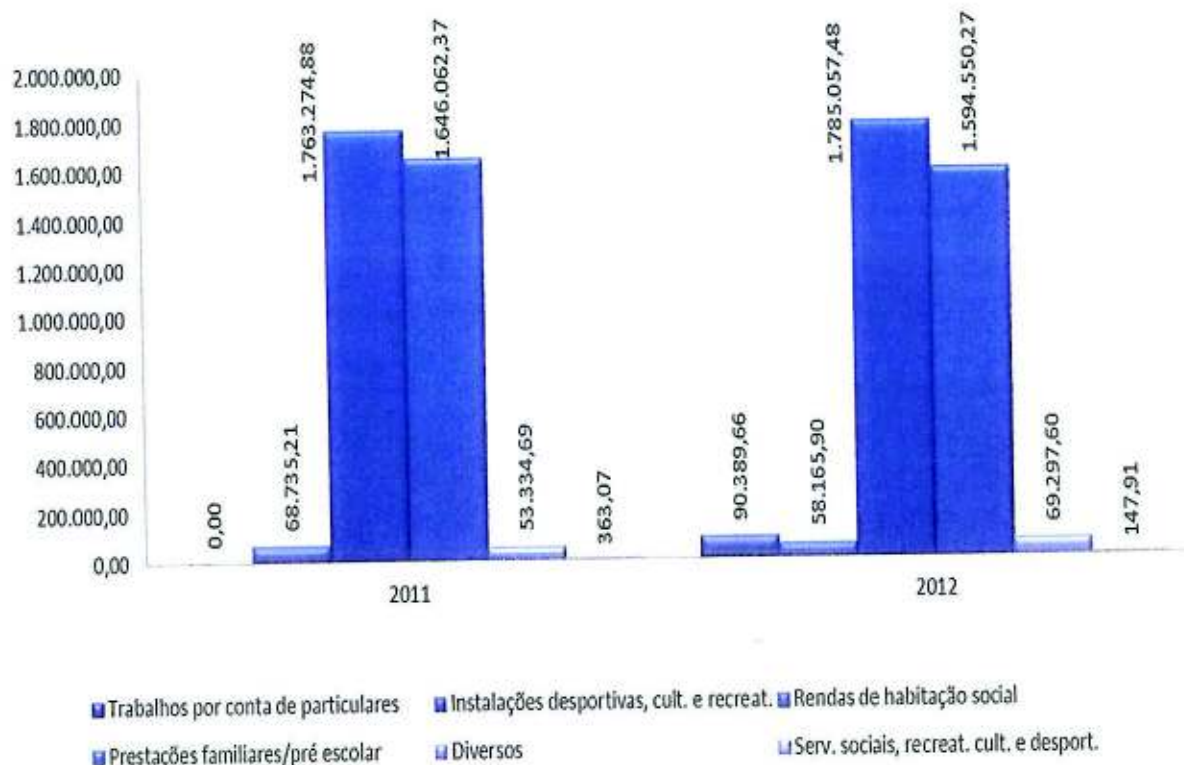
loteamentos (alvarás) não tendo, pela sua natureza, gerado quaisquer casflows. Em 2012 verifica-se uma alteração de critérios de valorização destes bens, conforme recomendação do revisor oficial de contas. Encontra-se ainda em discussão os novos critérios de valorização a adotar.

Taxas	2011	2012	Variação	%
Loteamento e obras				
Execução de obras	618.026,51	622.237,84	6.211,33	1,01%
Ocupação da via pública por motios de obras	118,10	1.185,50	1.067,40	903,81%
Viabilidade e informação prévia	15.497,49	15.264,38	-233,11	-1,50%
Loteamentos	15.944.706,22	1.677.116,29	-14.267.589,93	-89,48%
Realização de infraestruturas	524.023,92	601.079,27	77.055,35	14,70%
Diversos (Loteamentos e obras)	327.254,37	282.242,40	-45.011,97	-13,75%
Ocupação da via pública	1.632,26	2.584,00	951,74	58,31%
Caça, uso e porte de arma	219,03	255,19	36,16	16,51%
Outras	118.383,16	86.525,13	-31.858,03	-26,91%
Total	17.547.861,06	3.288.490,00	-14.259.371,06	-81,26%

Prestação de serviços

As prestações de serviços registam 3,6M€, este resultado representa uma evolução de 1,8%.

Prestações de serviços	2011	2012	Variação	%
Trabalhos por conta de particulares	0,00	90.389,66	90.389,66	
Instalações desportivas, cult. e recreat.	68.735,21	58.165,90	-10.569,31	-15,38%
Rendas de habitação social	1.763.274,88	1.785.057,48	21.782,60	1,24%
Prestações familiares/pré escolar	1.646.062,37	1.594.550,27	-51.512,10	-3,13%
Diversos	53.334,69	69.297,60	15.962,91	29,93%
Serv. sociais, recreat. cult. e desport.	363,07	147,91	-215,16	-59,26%
Total	3.531.770,22	3.597.608,82	65.838,60	1,86%

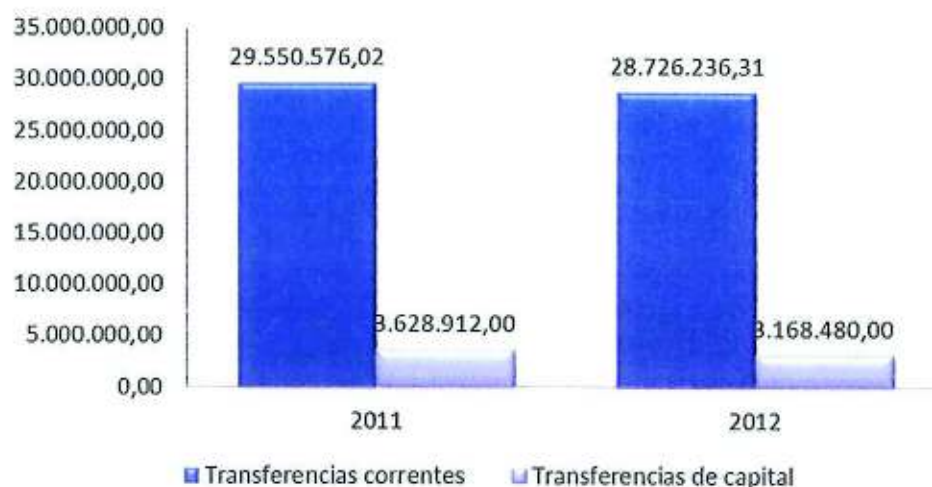


Das prestações de serviços salientam-se:

- 1,8M€ respeitam a rendas de habitação social nomeadamente a 2671 contratos de arrendamento.
- 1,6M€ em prestações familiares/pré-escolar (serviços de apoio à família);

Transferências e subsídios obtidos

Transferencias e subsídios obtidos	2011	2012	Variação	%
Transferencias correntes	29.550.576,02	28.726.236,31	-824.339,71	-2,79%
FEF - Fundo de equilibrio Financeiro	5.443.367,00	4.752.719,00	-690.648,00	-12,69%
Outras transferencias correntes	12.433.513,02	12.184.538,31	-248.974,71	-2,00%
Fundo social Municipal	2.606.643,00	2.277.325,00	-329.318,00	-12,63%
Participação fixa no IRS	9.067.053,00	9.511.654,00	444.601,00	4,90%
Transferencias de capital	3.628.912,00	3.168.480,00	-460.432,00	-12,69%
FEF - Fundo de equilibrio Financeiro	3.628.912,00	3.168.480,00	-460.432,00	-12,69%
Serviços e fundos autonomos - outros		14.327,01	14.327,01	
Total	33.179.488,02	31.909.043,32	-1.270.444,70	-3,83%

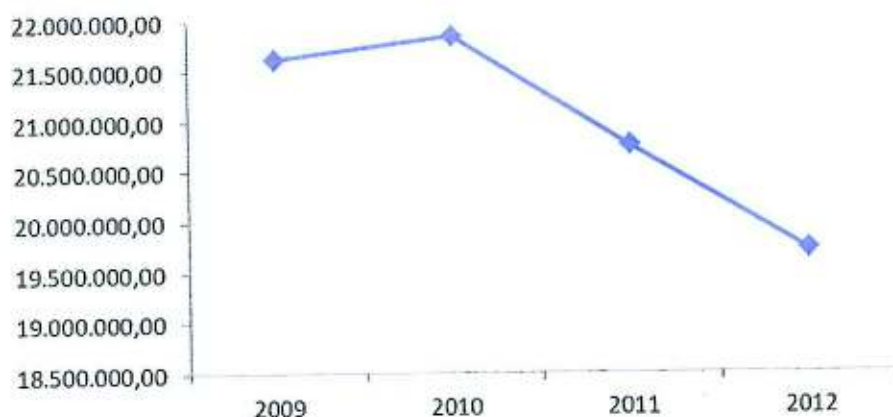
O total das transferências e subsídios obtidos em 2012 reduziu, comparativamente a 2011, cerca de 1,3M€. Contudo, o peso desta rubrica no conjunto dos proveitos operacionais aumenta para 32,5%.

Dos 31,9M€ registados em Transferências e Subsídios Obtidos cerca de 28,7M€ são provenientes de transferências correntes e 3,2M€ de transferências de capital.

As transferências obtidas do Orçamento de Estado (correntes e capital), previstas na Lei n.º 2/2007 de 15/01 – Lei das Finanças Locais e definidas e aprovadas no mapa XIX da Lei n.º 64-B/2011 – Lei do Orçamento Estado, decresceram 5% em relação ao ano transato.

Transferências e subsídios obtidos	2009	2010	2011	2012
FEF - Fundo de equilíbrio Financeiro (corr.)	8.452.815,00	6.149.467,00	5.443.367,00	4.752.719,00
Fundo social Municipal	3.029.977,00	2.944.770,00	2.606.643,00	2.277.325,00
Participação fixa no IRS	4.498.286,00	8.643.987,00	9.067.053,00	9.511.654,00
FEF - Fundo de equilíbrio Financeiro (cap.)	5.635.210,00	4.099.644,00	3.628.912,00	3.168.480,00
Total	21.616.288,00	21.837.868,00	20.745.975,00	19.710.178,00

De acordo com a análise quadrienal, pode-se verificar que nos últimos quatro anos que a tendência do movimento da mesma é decrescente.



As transferências correntes englobam:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro
- Participação fixa no IRS
- Fundo Social Municipal
- Outras transferências correntes

As outras transferências correntes englobam essencialmente as transferências relativas ao contrato de execução estabelecido com o Ministério de Educação (pessoal não docente, atividades de enriquecimento curricula e gestão do parque escolar)

Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

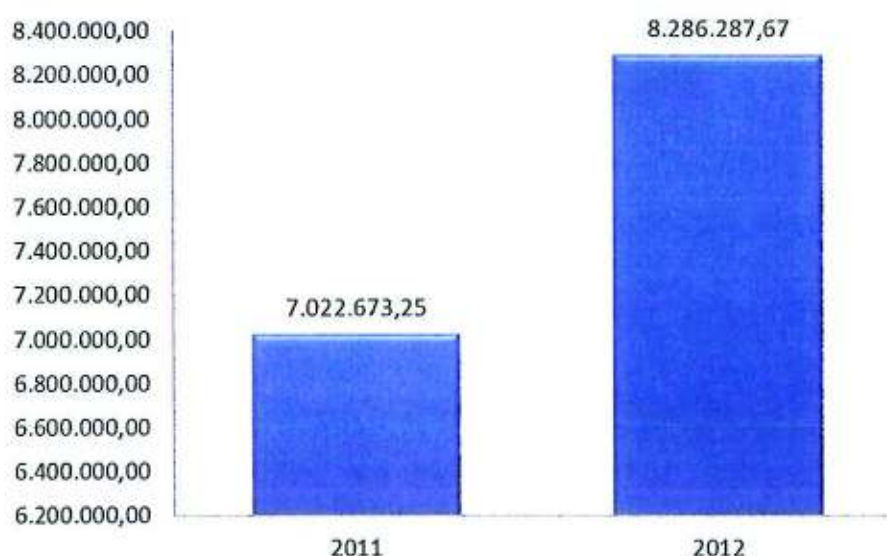
Custos Operacionais	2011	2012	variação	%
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.022.673,25	8.286.287,67	1.263.614,42	17,99%

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais registaram em 2012 cerca de 8,3M€, o que comparativamente a 2011 representa um aumento de 1,3M€.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais compreendem essencialmente:

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

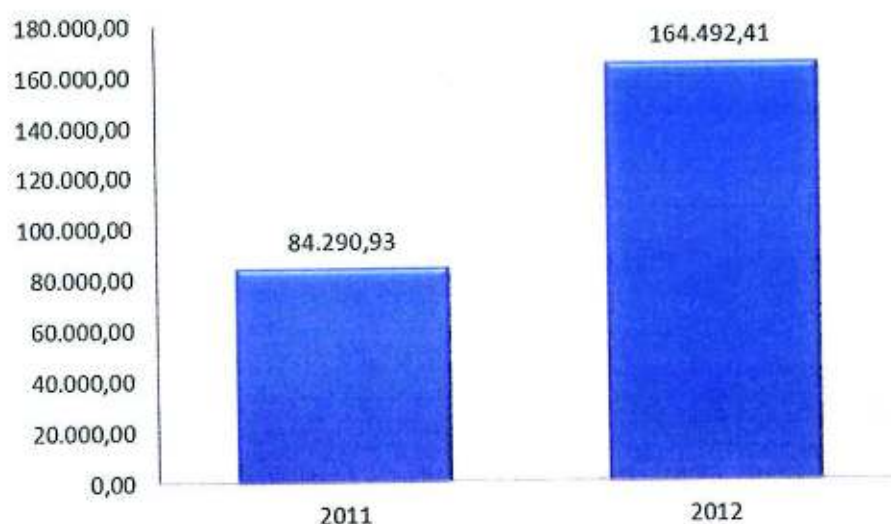
- Tarifas de águas residuais referente à quota parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município/SM Loures (Serviços Municipalizados de Loures);
- Renda relativa à produção de energia dos parques eólicos – Bolores, Alrota, Picotinhos, StªEulália e da Sardinha.



Venda de produtos

A venda de produtos acabados e intermédios totaliza 164 mil euros o que representa um acréscimo de 80 mil de euros quando comparado a período homólogo. Esta rubrica engloba fundamentalmente o abastecimento de combustíveis, nomeadamente gasóleo, para os SM Loures/Resíduos sólidos e venda de sucata.

Proveitos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Venda de mercadorias e de produtos	84.290,93	164.492,41	80.201,48	95,15%

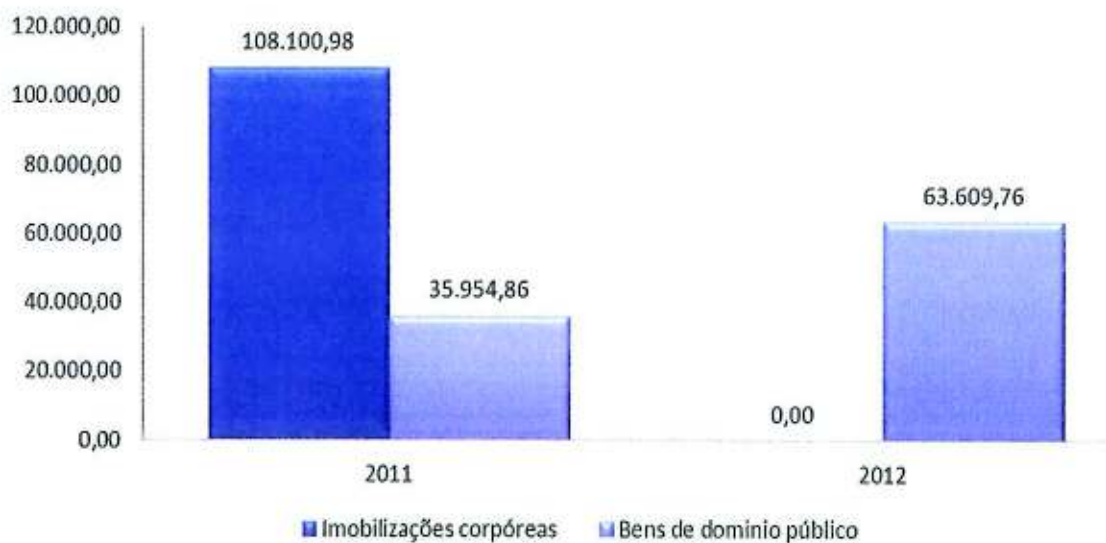


Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizam em 2012 cerca de 64 mil euros. Estes respeitam a bens de domínio público, nomeadamente regularizações e pavimentações em diversas freguesias do Concelho (materiais e mão-de-obra).

Em 2011, as imobilizações corpóreas totalizam cerca de 108 mil euros. Estas respeitam a Instalações de Serviços e Escolas.

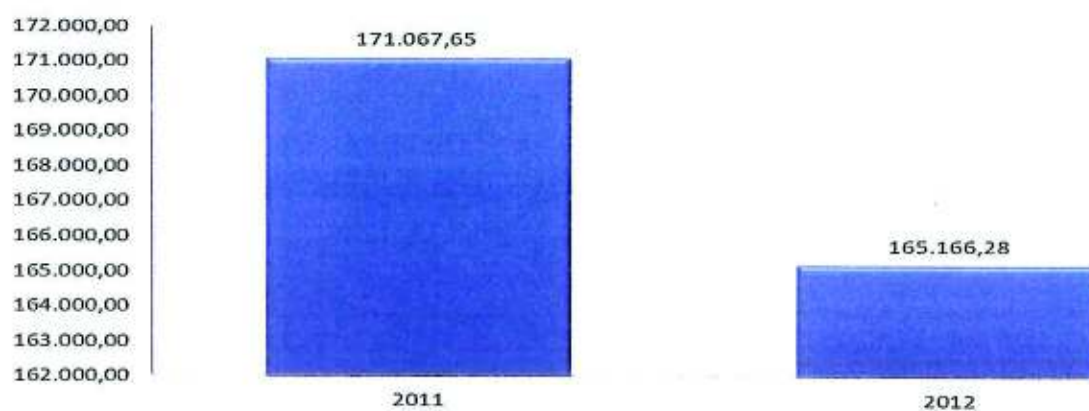
Proveitos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Trabalhos para a própria entidade				
Imobilizações corpóreas	108.100,98	0,00	-108.100,98	-100,00%
Bens de domínio público	35.954,86	63.609,76	27.654,90	76,92%
Total	144.055,84	63.609,76	-80.446,08	-55,84%

Proveitos suplementares

Os proveitos suplementares englobam os proveitos referentes ao refeitório municipal.

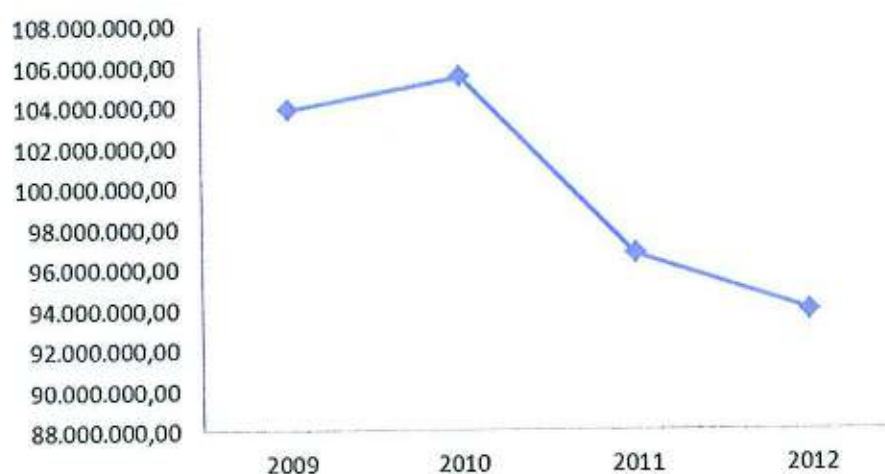
Proveitos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Proveitos suplementares	171.067,65	165.166,28	-5.901,37	-3,45%



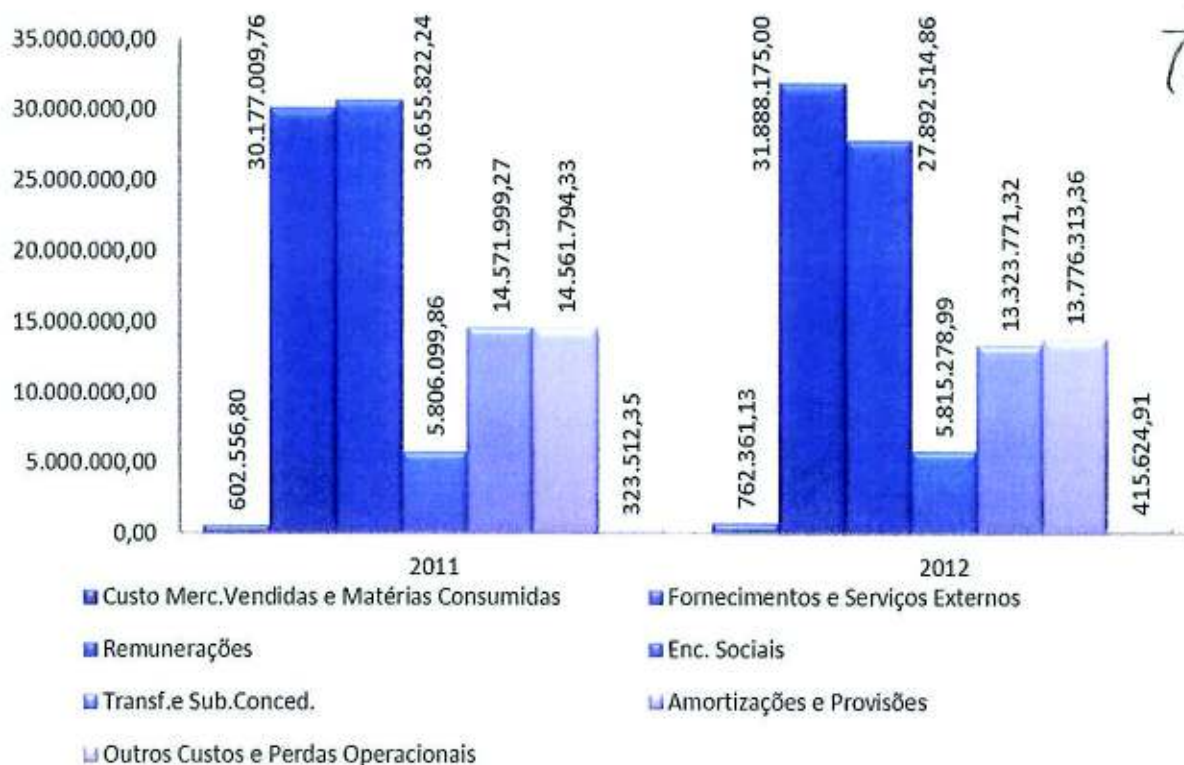
Custos

Custos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Custo Merc.Vendas e Matérias Consumidas	602.556,80	762.361,13	159.804,33	26,52%
Fornecimentos e Serviços Externos	30.177.009,76	31.888.175,00	1.711.165,24	5,67%
Remunerações	30.655.822,24	27.892.514,86	-2.763.307,38	-9,01%
Enc. Sociais	5.806.099,86	5.815.278,99	9.179,13	0,16%
Transf.e Sub.Conced.	14.571.999,27	13.323.771,32	-1.248.227,95	-8,57%
Amortizações e Provisões	14.561.794,33	13.776.313,36	-785.480,97	-5,39%
Outros Custos e Perdas Operacionais	323.512,35	415.624,91	92.112,56	28,47%
Total	96.698.794,61	93.874.039,57	-2.824.755,04	-2,92%

Os custos operacionais têm vindo nos últimos dois anos a diminuir. A linha de tendência apresenta um movimento decrescente, conforme se pode constatar no gráfico representativo.



Os Custos com Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos são os que tem em 2012 maior peso percentual no total global dos custos operacionais, mais exatamente 35,9% e 34% respetivamente.

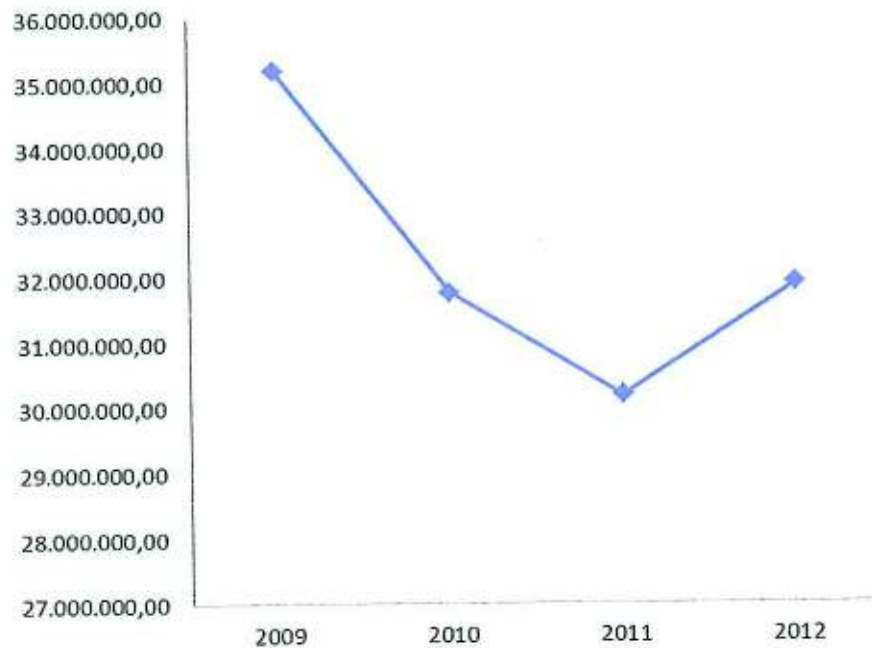
Globalmente os custos operacionais totalizam 93,9M€, menos 2,8 M€ em relação ao ano 2011.

Esta redução deve-se fundamentalmente a:

- As remunerações e os encargos sociais que apresentaram um total de 33,7M€, menos 2,8M€ do que em 2011;
- Transferências e subsídios concedidos que em 2012 representaram 13,3M€ e em 2011, 14,6M€, ou seja menos 1,2M€;
- Amortizações do Exercício, em 2012 foram cerca de 7 milhões enquanto em 2011 foi de 8,8M€, menos 1,8M€.

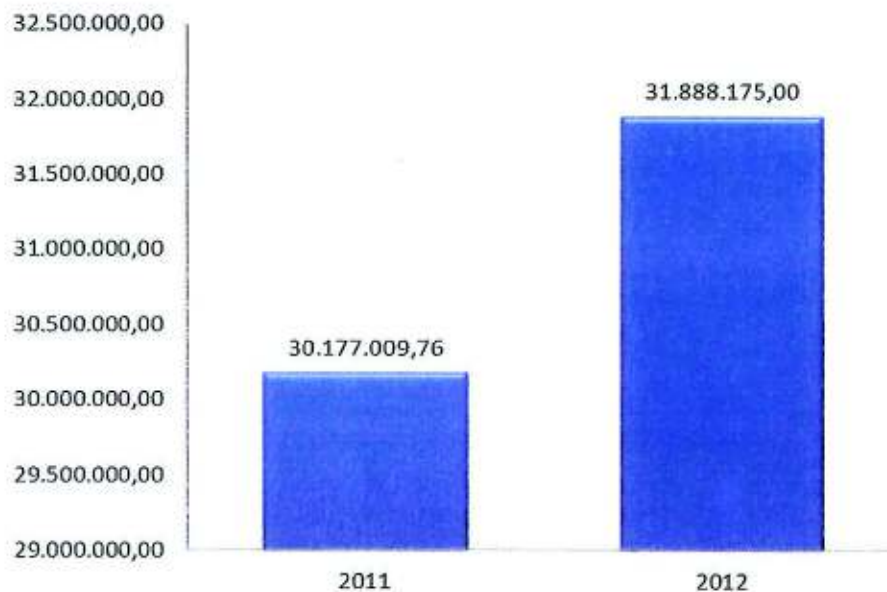
Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos apresentam, de acordo com os registros dos últimos quatro anos, uma tendência decrescente.



No ano de 2012 os fornecimentos e serviços externos totalizam 31,9M€.

Custos operacionais	2011	2012	Variação	%
Fornecimentos e Serviços Externos	30.177.009,76	31.888.175,00	1.711.165,24	5,67%



Dos 31,9M€ de fornecimentos e serviços externos destacam-se:

- 3,9M€ em eletricidade;
- 2,6M€ em água;
- 1,2M€ em transportes escolares;
- 1,1M€ em locação que inclui essencialmente o aluguer de monoblocos para as escolas, o serviços de cópias/impressões o aluguer de veículos, aluguer de retroescavadora e serviços de transporte;
- 1M€ em encargos de cobrança (Imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis, sisa e contribuição autárquica).
- 14,8M€ em Outros fornecimentos que incluem:
 - Saneamento, recolha e tratamento de efluentes /Simtejo (7,8M€);
 - Outros fornecimentos/SM Loures (77 mil €);
 - Refeições escolares;

Fornecimento e Serviços Externos	2011	2012	variação	%
Electricidade	3.663.550,53	3.935.544,23	271.993,70	7,42%
Combustíveis	83.753,01	148.019,22	64.266,21	76,73%
Água	1.842.271,95	2.628.070,48	785.798,53	42,65%
Material escritório	63.828,35	133.615,23	69.786,88	109,34%
Rendas e alugueres	885.430,26	838.754,43	-46.675,83	-5,27%
Comunicação	1.051.904,92	935.997,77	-115.907,15	-11,02%
Seguros	263.648,15	268.722,48	5.074,33	1,92%
Honorários	329.864,78	573.260,31	243.395,53	73,79%
Conservação e reparação	848.000,64	653.262,12	-194.738,52	-22,96%
Publicidade e propaganda	18.933,55	16.180,24	-2.753,31	-14,54%
Limpeza, higiene e conf.	810.872,31	674.217,50	-136.654,81	-16,85%
Vigilância e segurança	907.515,17	750.474,70	-157.040,47	-17,30%
Trabalhos especializados	292.718,71	246.952,40	-45.766,31	-15,63%
Transportes escolares	1.305.019,72	1.175.084,63	-129.935,09	-9,96%
Refeitório	298.106,92	337.712,33	39.605,41	13,29%
Encargos de cobrança	1.011.242,95	1.089.197,91	77.954,96	7,71%
Outros fornecim. e serviços	14.782.667,59	14.829.815,55	47.147,96	0,32%
Locação	1.494.748,70	1.137.081,14	-357.667,56	-23,93%
Total	30.177.009,76	31.888.175,00	1.711.165,24	5,67%

Os Fornecimentos e serviços externos que mais aumentaram foram:

- Água, +786 mil euros, ou seja, +42,7% em relação a 2011;
- Eletricidade, + 272 mil de euros + 7,4%. Esta engloba a iluminação pública, a média tensão e a baixa tensão, sendo que a rubrica referente à baixa tensão é a que mais contribui para este resultado, de 0,7M€ em 2011 passa para 1,3M€ em 2012;
- Honorários, + 243 mil euros + 73,8%;

Por outro lado, os fornecimentos e serviços externos que mais reduziram, apresentam os seguintes valores em absoluto e percentuais:

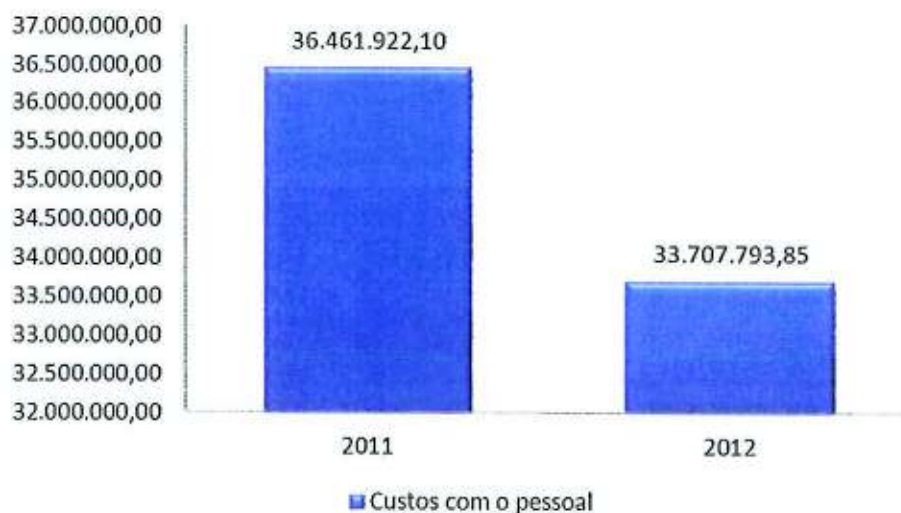
- Locação (aluguer) - 0,4M€, - 23,9%;
- Conservação e reparação, -195 mil euros, -23%;
- Vigilância e segurança, -157 mil euros, -17,3%;
- Limpeza, higiene e conforto, -137 mil euros, -16,9%;
- Transportes escolares, -130 mil euros, -10%;
- Comunicações, -116 mil euros, -11%.



Custos com Pessoal

Os custos com pessoal registam uma redução de 2,8 M€, de um valor registado em 2011 de 36,5 M€ passa para 33,7 M€ em 2012, -7,6%.

Custos operacionais	2011	2012	Variação	%
Custos com o pessoal	36.461.922,10	33.707.793,85	-2.754.128,25	-7,55%



Custos com o pessoal	2011	2012	variação	%
Remun.Membros dos Orgaos	255.845,85	157.723,25	-98.122,60	-38,35%
Remun. Pessoal	30.399.976,39	27.734.791,61	-2.665.184,78	-8,77%
Pensões	22.137,52	17.587,54	-4.549,98	-20,55%
Encargos s/remuner.	4.559.732,72	4.235.259,97	-324.472,75	-7,12%
Seguros acid.trabalho e doenças prof.	271.420,44	267.803,31	-3.617,13	-1,33%
Outros custos c/pessoal	952.809,18	1.294.628,17	341.818,99	35,87%
Total	36.461.922,10	33.707.793,85	-2.754.128,25	-7,55%

Numa análise mais detalhada dos custos com pessoal, pode-se verificar que a redução de 2,8 M€, nas remunerações de pessoal, se deve aos custos com as

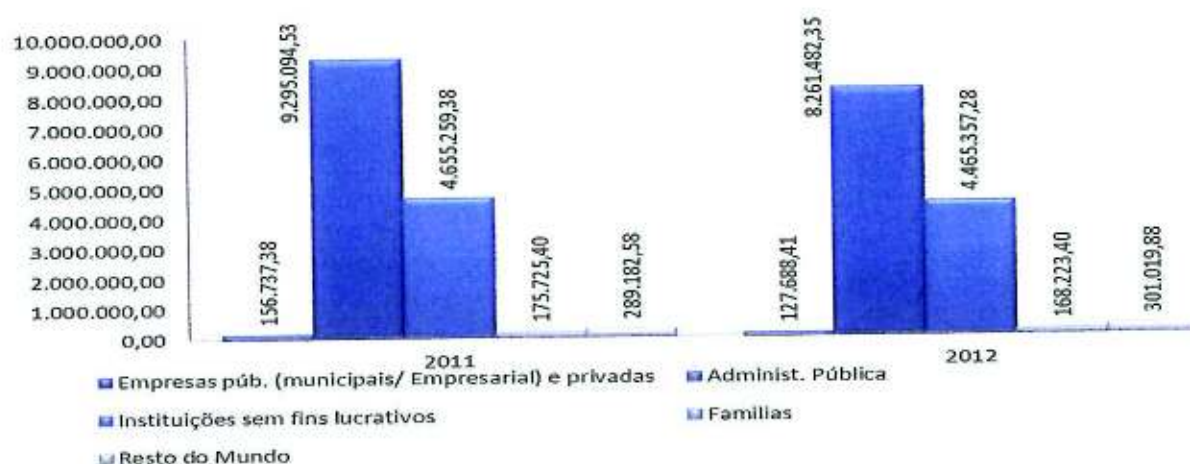
Remunerações do Pessoal -2,8 M€ e consequentemente aos encargos sobre remunerações.

Os outros custos com o pessoal foi a única rubrica do pessoal que aumentou. Estas incluem as despesas com saúde, as senhas de presença e as indemnizações por cessação de funções. O aumento registado nesta rubrica deve-se às despesas com saúde.

Transferências Subsídios correntes concedidas

Transferências e subsídios concedidos apresentam uma redução de cerca 1,2 M€ comparativamente ao período homólogo.

Transfer. e subs. correntes conced. e prest. sociais	2011	2012	Varição	%
Empresas públ. (municipais/ Empresarial) e privadas	156.737,38	127.688,41	-29.048,97	-18,53%
Administ. Pública	9.295.094,53	8.261.482,35	-1.033.612,18	-11,12%
Freguesias	8.445.410,46	7.684.396,50	-761.013,96	-9,01%
Instituições sem fins lucrativos	4.655.259,38	4.465.357,28	-189.902,10	-4,08%
Famílias	175.725,40	168.223,40	-7.502,00	-4,27%
Resto do Mundo	289.182,58	301.019,88	11.837,30	4,09%
Total	14.571.999,27	13.323.771,32	-1.248.227,95	-8,57%

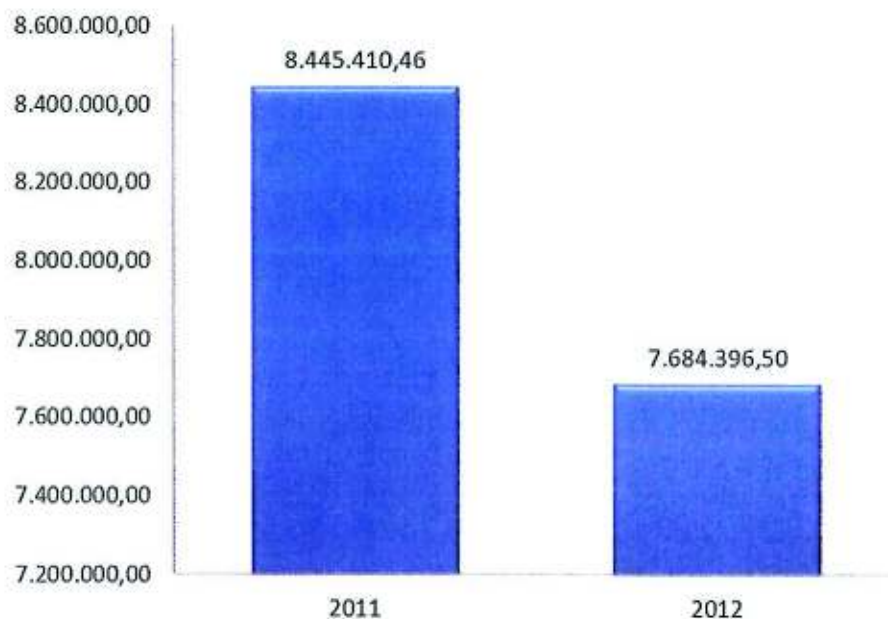


Handwritten signature and initials

Das transferências para as administrações públicas destacam-se as freguesias num total de 7,7M€.

As transferências efetuadas para as freguesias são ao abrigo do protocolo de delegação de competências. Estas representam cerca de 57,7% do total das transferências subsídios concedidos.

Administração Local	2011	2012	variação	%
Freguesias	8.445.410,46	7.684.396,50	-761.013,96	-9,01%



Das **transferências correntes concedidas**, 33,5% respeitam a administrações privadas/instituições particulares.

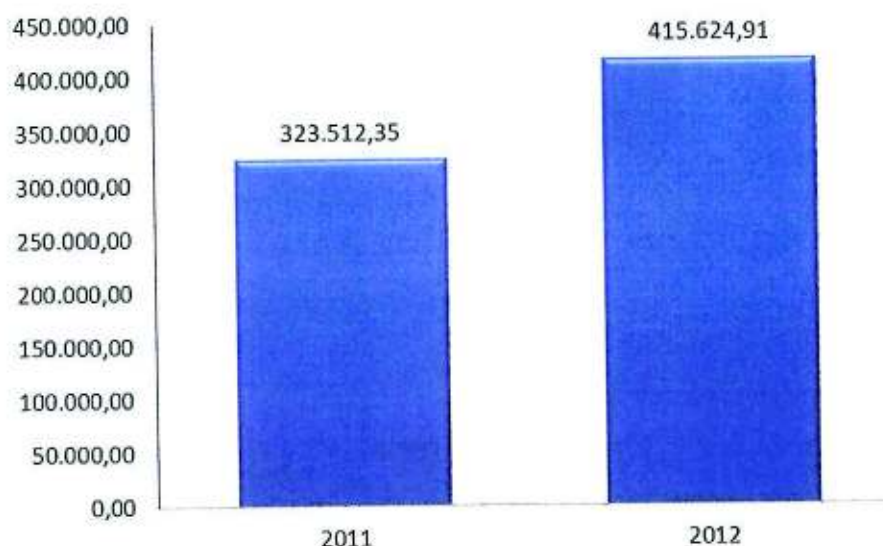
Destas destacam-se as transferências no âmbito do nº4 do artigo 64.º e artigo 67.º do Decreto-Lei 169/99 de 18 de Setembro " Compete à câmara municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal";

- Grupos de intervenção permanentes (GIPE'S);
- PAAVB – Protocolo de apoio ao associativismo e voluntariado em bombeiros;
- Apoio ao associativismo (RMAA);
- Enriquecimento curricular, prolongamento de horário/escolas, serviço de apoio à família, projetos socioeducativos, programa Desporto Mais e Desporto Sénior.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais aumentaram cerca de 92 mil euros. Estes incluem essencialmente os impostos e taxas relativos à taxa de gestão de resíduos – Municipal, taxa de recursos hídricos - saneamento - recolha e tratamento efluentes, quotizações e outros custos e perdas operacionais.

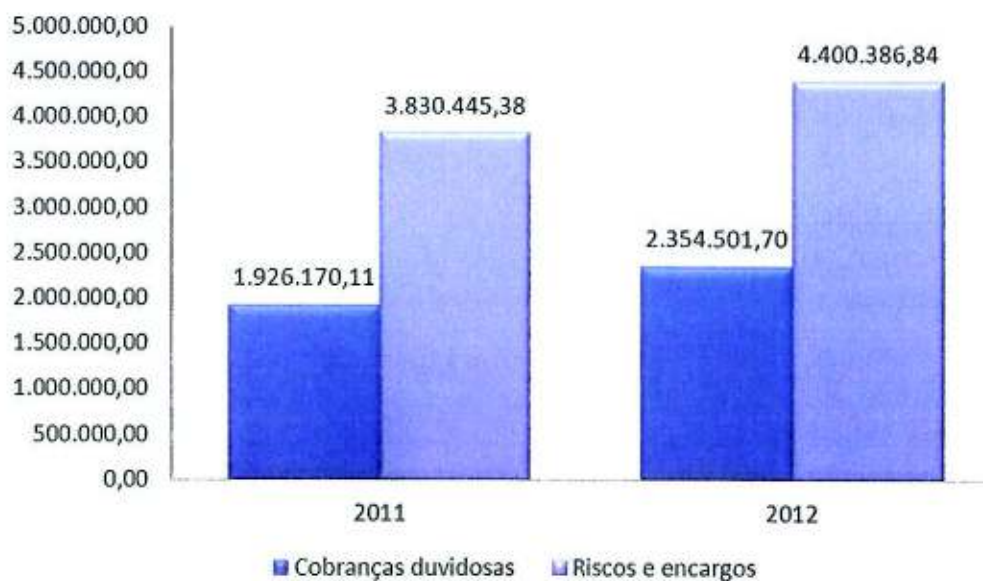
Custos Operacionais	2011	2012	Variação	%
Outros custos e perdas operacionais	323.512,35	415.624,91	92.112,56	28,47%





Provisões do Exercício de 2012

Provisões do exercício	2011	2012	variação	%
Cobranças duvidosas	1.926.170,11	2.354.501,70	428.331,59	22,24%
Riscos e encargos	3.830.445,38	4.400.386,84	569.941,46	14,88%
Total	5.756.615,49	6.754.888,54	998.273,05	17,34%



Das provisões para outros riscos e encargos salientam-se:

- o Outros riscos e encargos que inclui cerca de 2,6 M€ de provisão para outros riscos e encargos – Parque Expo, SA.
- o Processos judiciais em curso no valor de 1,8M€;

As **provisões para cobranças duvidosas** incluem em 2012:

- 1M€ pelo ajustamento da provisão de cobrança duvidosa para a dívida de habitação social;
- 1,3 M€ pelo ajustamento da provisão de processos de contraordenações.

Demonstração de Resultados

O resultado líquido em 2012 é cerca de 5,8M€ face a 9,7M€ registados em 2011.

Resultados	2011	2012	Variação	%
Resultados operacionais	12.345.636,12	4.212.186,88	-8.133.449,24	-65,88%
Resultados financeiros	158.208,84	976.564,63	818.355,79	517,26%
Resultados extraordinários	-2.830.451,47	569.390,46	3.399.841,93	-120,12%
Resultados Líquidos	9.673.393,49	5.758.141,97	-3.915.251,52	-40,47%



Os resultados operacionais diminuíram cerca de 8,1M€ devido aos proveitos operacionais, -11M€ face à redução dos custos operacionais, - 2,8M€.

Resultados Financeiros

Resultados financeiros	2011	2012	Varição	%
Custos e Perdas Financeiras	4.037.433,62	3.126.867,81	-910.565,81	-22,55%
Proveitos e Ganhos Financeiros	4.195.642,46	4.103.432,44	-92.210,02	-2,20%
Total	158.208,84	976.564,63	818.355,79	517,26%

Os resultados financeiros aumentaram devido ao decréscimo dos custos e perdas financeiras.

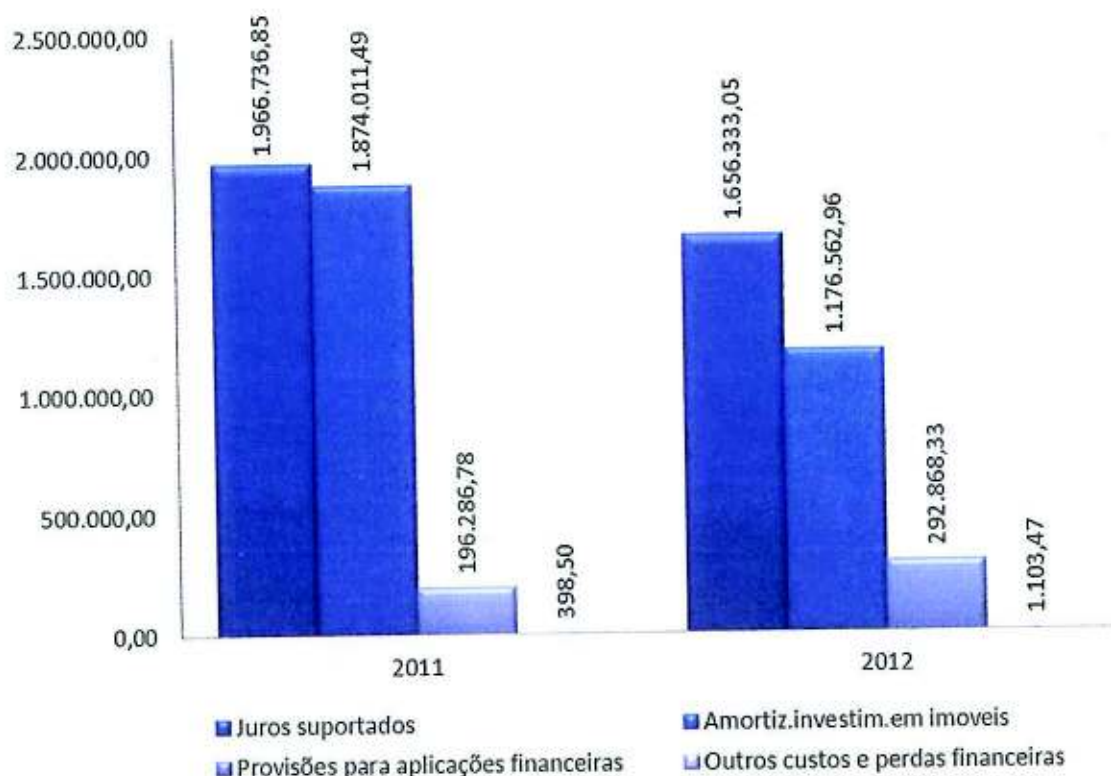


Custos e Perdas Financeiras

Os custos e perdas financeiras diminuíram 22,6%, o que em termos absolutos representa -911 mil euros.

Custos e Perdas Financeiras	2011	2012	variação	%
Juros suportados	1.966.736,85	1.656.333,05	-310.403,80	-15,78%
Amortiz.investim.em imoveis	1.874.011,49	1.176.562,96	-697.448,53	-37,22%
Provisões para aplicações financeiras	196.286,78	292.868,33	96.581,55	49,20%
Outros custos e perdas financeiras	398,50	1.103,47	704,97	176,91%
Total	4.037.433,62	3.126.867,81	-910.565,81	-22,55%

75011640



Relativamente aos juros suportados temos:

Juros suportados	2011	2012	variação	%
Curto prazo		114.274,45	114.274,45 -	
Empréstimos bancários MLP				
Habitação	212.357,92	183.890,87	-28.467,05	-13,41%
Investimentos municipais	465.872,56	281.759,78	-184.112,78	-39,52%
Serviços municipalizados		33.455,92	33.455,92	
Outros				
Juros de leasing	6.244,86	9.808,88	3.564,02	57,07%
Juros de mora e compensatórios	710.869,36	699.018,24	-11.851,12	-1,67%
Juros de acordos	571.392,15	334.124,91	-237.267,24	-41,52%
Total	1.966.736,85	1.656.333,05	-310.403,80	-15,78%

A diminuição dos juros referentes aos empréstimos municipais deve-se sobretudo ao registo do acréscimo de custos com os mesmos.

Os juros de acordos respeitam a acordos celebrados entre a Câmara Municipal de Loures e as seguintes empresas:

- Simtejo;
- Uniself;
- Construtora San José;
- Algeco;
- Armando Cunha;
- Achro;
- Ecociaf;
- Cerâmica Vala.

Relativamente às amortizações de investimentos em imóveis (Simtejo) detalham-se:

Amortizações de invest. em imóveis	2011	2012	variação	%
Outras construções				
Emissário	31.318,05	0,00	-31.318,05	-100,00%
Estação elevatória	2.302,44	0,00	-2.302,44	-100,00%
Conduta elevatória	2.975,39	0,00	-2.975,39	-100,00%
Interceptor	192.647,53	87.829,02	-104.818,51	-54,41%
ETAR	1.644.768,08	1.088.733,94	-556.034,14	-33,81%
Total	1.874.011,49	1.176.562,96	-697.448,53	-37,22%

Proveitos e Ganhos Financeiros

Os proveitos e ganhos financeiros diminuíram 92 mil de euros face ao ano transato.

Proveitos e Ganhos Financeiros	2011	2012	variação	%
Juros obtidos				
Juros de depósitos bancários	35.487,96	8.072,80	-27.415,16	-77,25%
Empréstimos	52.335,55	33.455,92	-18.879,63	-36,07%
Outros	0,00	166,67	166,67	
Rendimentos de imóveis				
Terrenos e recursos naturais	71.911,38	51.445,90	-20.465,48	-28,46%
Edifícios e outras construções				
Edifícios	121.905,90	115.557,28	-6.348,62	-5,21%
Renda - EDP	2.654.763,52	2.744.367,92	89.604,40	3,38%
Renda - Simtejo	102.653,67	102.653,71	0,04	0,00%
Rendimentos de participações de capital	1.156.584,48	1.047.712,24	-108.872,24	-9,41%
Total	4.195.642,46	4.103.432,44	-92.210,02	-2,20%



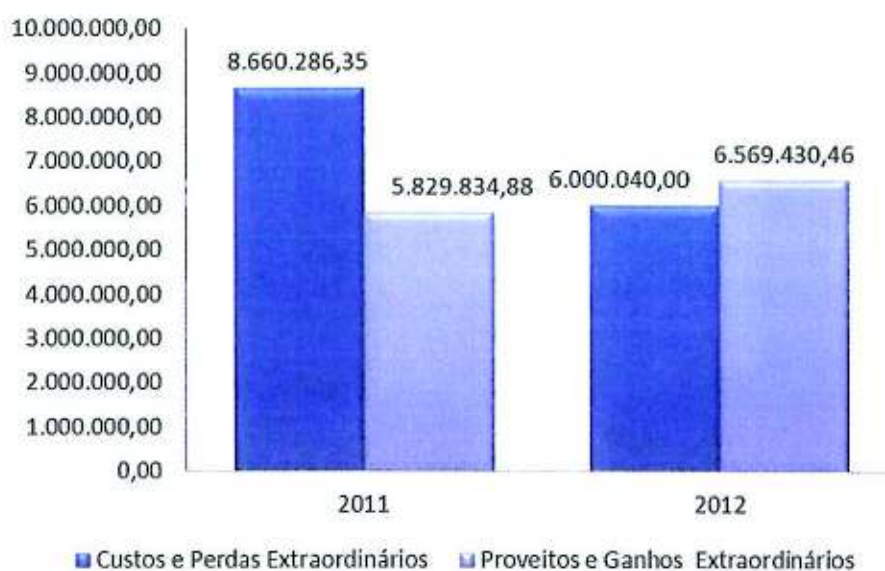
Do total dos proveitos e ganhos financeiros destacam-se:

- 2,7M€ relativos à renda EDP;
- 1M€ de rendimentos de participações de capital (empresas privadas):
 - 0,4M€ de remuneração do capital social da Valorsul;
 - 0,6M€ de remuneração de dividendos da Simtejo, SA.

Resultados extraordinários

Resultados Extraordinários	2011	2012	Variação	%
Custos e Perdas Extraordinários	8.660.286,35	6.000.040,00	-2.660.246,35	-30,72%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.829.834,88	6.569.430,46	739.595,58	12,69%
Total	-2.830.451,47	569.390,46	3.399.841,93	-120,12%

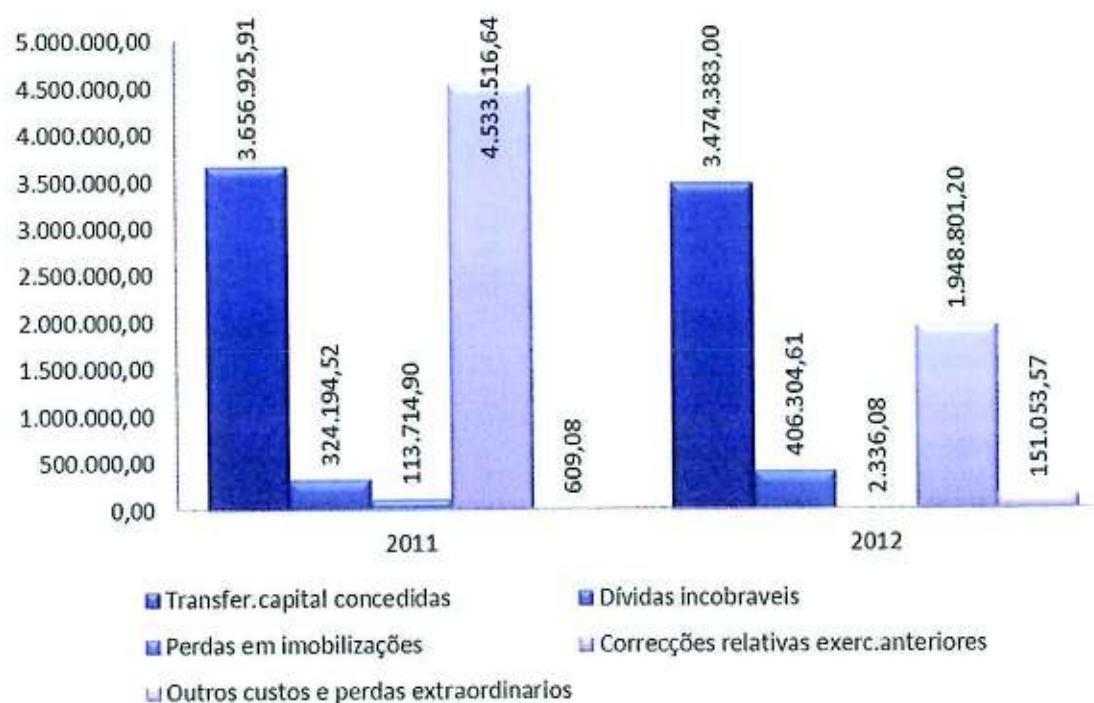
Os resultados extraordinários aumentaram 3,4M€.



Custos e Perdas Extraordinários

Os custos e perdas extraordinários diminuíram 2,7M€ em relação ao ano 2011.

Custos e perdas extraordinárias	2011	2012	Variação	%
Transf.capital concedidas	3.656.925,91	3.474.383,00	-182.542,91	-4,99%
Dívidas incobráveis	324.194,52	406.304,61	82.110,09	25,33%
Perdas em existências	29.985,96	16.681,54	-13.304,42	-44,37%
Perdas em imobilizações	113.714,90	2.336,08	-111.378,82	-97,95%
Multas e penalidades	1.339,34	480,00	-859,34	-64,16%
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.533.516,64	1.948.801,20	-2.584.715,44	-57,01%
Outros custos e perdas extraordinários	609,08	151.053,57	150.444,49	-
Total	8.660.286,35	6.000.040,00	-2.660.246,35	-30,72%



Dos custos e perdas extraordinários salientam-se:

Um decréscimo nos custos das correcções relativas a exercícios anteriores em cerca de 2,6 milhões de euros. Esta diminuição deve-se à anulação do acréscimo de proveitos referentes aos valores taxados pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em 2011, de cerca de 2,8 M€.



As restituições referem-se a impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e venda de bens e serviços correntes.

Relativamente às transferências de capital concedidas, 72,9% destinam-se às freguesias, mais exatamente 2,5 M€.

Transfer.capital concedidas	2011	2012	variação	%
Freguesias	2.686.330,52	2.535.044,46	-151.286,06	-5,63%
Instituições sem fins lucrativos	943.710,59	939.338,54	-4.372,05	-0,46%
Famílias	26.884,80	0,00	-26.884,80	-100,00%
Total	3.656.925,91	3.474.383,00	-182.542,91	-4,99%

Proveitos e Ganhos Extraordinários

Proveitos e ganhos extraordinários	2011	2012	Variação	%
Ganhos em existências	856,53	2.466,48	1.609,95	187,96%
Ganhos em imobilizações	498.302,28	0,00	-498.302,28	-100,00%
Benefícios de penalidade contratuais	1.248.782,57	2.513.160,36	1.264.377,79	101,25%
Redução de amortiz e provisões	884.274,19	1.248.851,81	364.577,62	41,23%
Correcções relativas a exercícios ant.	949.868,59	848.804,30	-101.064,29	-10,64%
Outros prov. e ganhos extraord.	2.247.750,72	1.956.147,51	-291.603,21	-12,97%
Total	5.829.834,88	6.569.430,46	739.595,58	12,69%

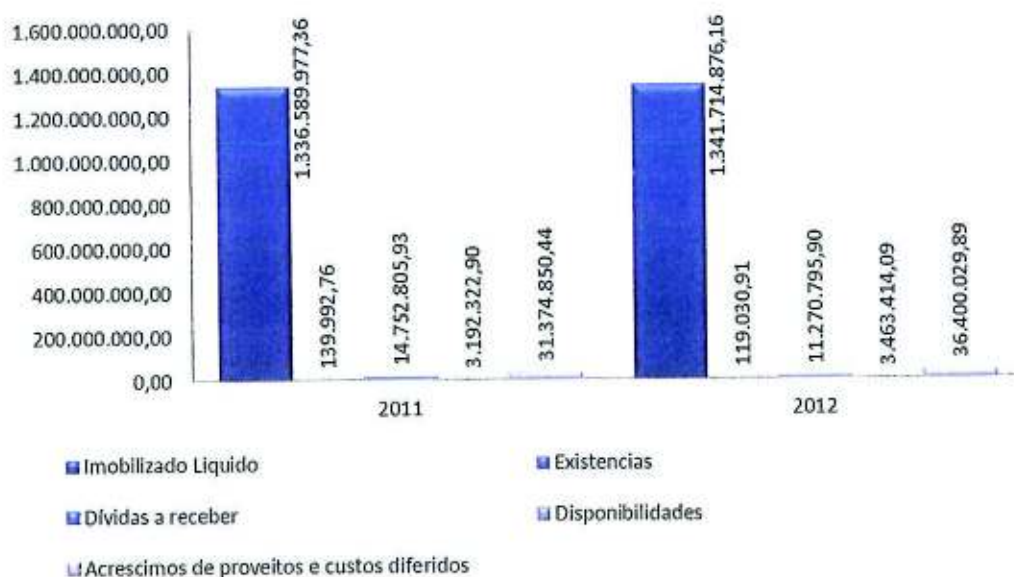
Os benefícios de penalidades contratuais respeitam a juros de mora, taxas de relaxe e coimas e penalidades por contra ordenações. Estas, relativamente a 2011 aumentaram devido às coimas e penalidades por contra ordenações.

Balanço

Ativo

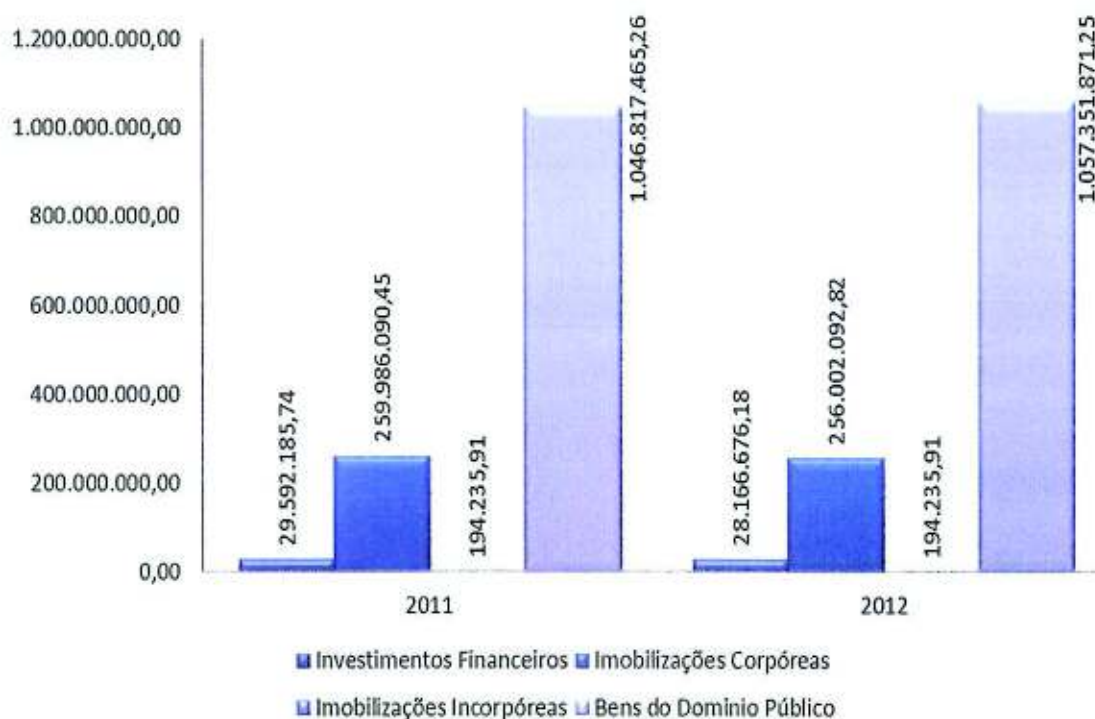
O ativo em 2012 totalizou 1,4 mil milhões de euros, o que representa uma variação de 0,5% relativamente a período homólogo, +6,9M€.

Estrutura do Ativo	2011	2012	Variação	%
Imobilizado Líquido	1.336.589.977,36	1.341.714.876,16	5.124.898,80	0,38%
Existências	139.992,76	119.030,91	-20.961,85	-14,97%
Dívidas a receber	14.752.805,93	11.270.795,90	-3.482.010,03	-23,60%
Disponibilidades	3.192.322,90	3.463.414,09	271.091,19	8,49%
Acrescimos de proveitos e custos diferidos	31.374.850,44	36.400.029,89	5.025.179,45	16,02%
Total	1.386.049.949,39	1.392.968.146,95	6.918.197,56	0,50%



Imobilizado

O imobilizado representa 96,3% do ativo.



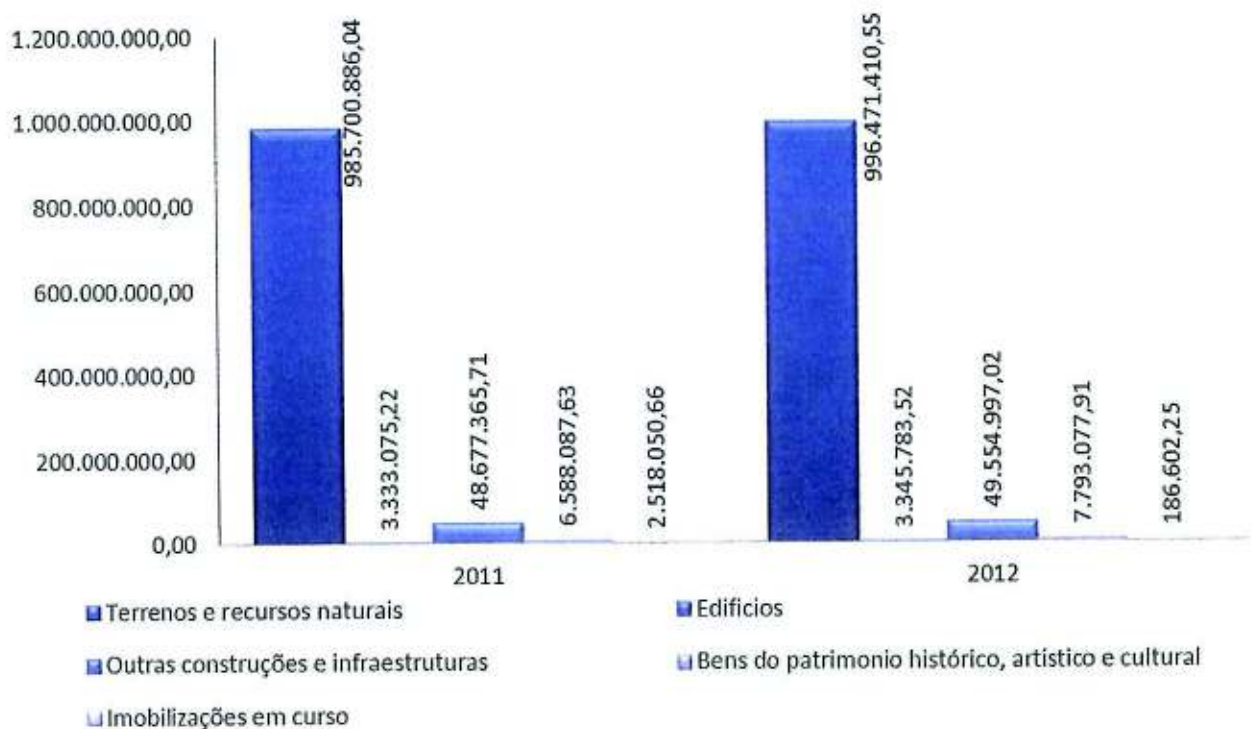
Imobilizado Líquido	2011	2012	Variação	%
Investimentos Financeiros	29.592.185,74	28.166.676,18	-1.425.509,56	-4,82%
Imobilizações Corpóreas	259.986.090,45	256.002.092,82	-3.983.997,63	-1,53%
Imobilizações Incorpóreas	194.235,91	194.235,91	0,00	0,00%
Bens do Domínio Público	1.046.817.465,26	1.057.351.871,25	10.534.405,99	1,01%
Total	1.336.589.977,36	1.341.714.876,16	5.124.898,80	0,38%

Do conjunto do Imobilizado destaca-se os bens de domínio público, que com um valor de mil milhões de euros representa cerca de 75,9% do ativo líquido.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público são por definição o conjunto de coisas pertencentes a uma pessoa coletiva de direito público de população e território, submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afetas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua inmercibilidade.

Bens do domínio público	2011	2012	Variação	%
Terrenos e recursos naturais	985.700.886,04	996.471.410,55	10.770.524,51	1,09%
Edifícios	3.333.075,22	3.345.783,52	12.708,30	0,38%
Outras construções e infraestruturas	48.677.365,71	49.554.997,02	877.631,31	1,80%
Bens do património histórico, artístico e cultural	6.588.087,63	7.793.077,91	1.204.990,28	18,29%
Imobilizações em curso	2.518.050,66	186.602,25	-2.331.448,41	-92,59%
TOTAL	1.046.817.465,26	1.057.351.871,25	10.534.405,99	1,01%

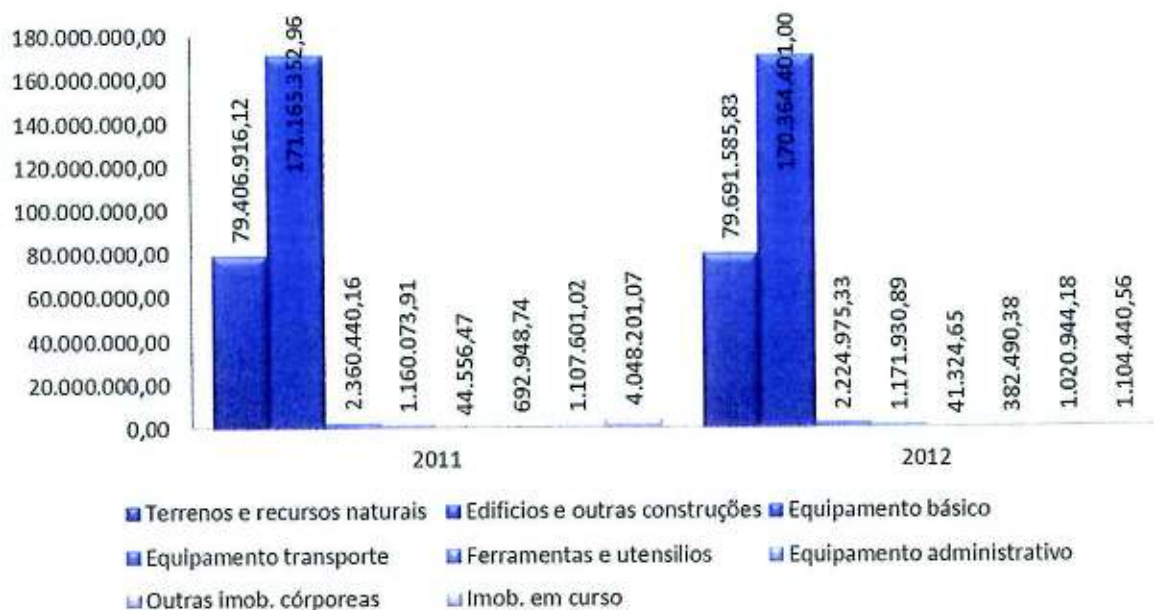


Dos bens de domínio público destacam-se os terrenos e recursos naturais +10,8M€ em relação ao período homólogo. O aumento deve-se sobretudo ao registo de bem 151366, relativo à parcela de terreno adquirida no âmbito do alvará de licença de loteamento 9/94 e consequente aditamento de 9 de outubro de 2002, registado a favor do município desde 27 de outubro de 2002 no valor de 10,4 M€.

Imobilizações corpóreas

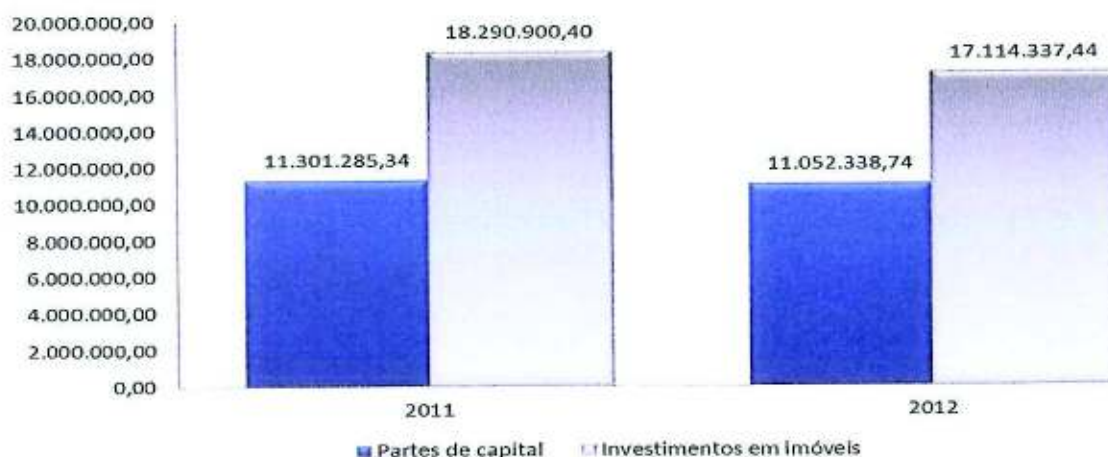
Imobilizações corpóreas	2011	2012	Variação	%
Terrenos e recursos naturais	79.406.916,12	79.691.585,83	284.669,71	0,36%
Edifícios e outras construções	171.165.352,96	170.364.401,00	-800.951,96	-0,47%
Equipamento básico	2.360.440,16	2.224.975,33	-135.464,83	-5,74%
Equipamento transporte	1.160.073,91	1.171.930,89	11.856,98	1,02%
Ferramentas e utensílios	44.556,47	41.324,65	-3.231,82	-7,25%
Equipamento administrativo	692.948,74	382.490,38	-310.458,36	-44,80%
Outras imob. corpóreas	1.107.601,02	1.020.944,18	-86.656,84	-7,82%
Imob. em curso	4.048.201,07	1.104.440,56	-2.943.760,51	-72,72%
Total	259.986.090,45	256.002.092,82	-3.983.997,63	-1,53%

As imobilizações corpóreas representam 18,4% do ativo. No ano de 2012 e comparativamente a período homólogo o valor das imobilizações corpóreas reduzem em cerca 4M€. Esta redução deve-se à conclusão de obras, nomeadamente escolas e consequente transferência do valor registado em curso.



Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2011	2012	Variação	%
Partes de capital	11.301.285,34	11.052.338,74	-248.946,60	-2,20%
Investimentos em imóveis	18.290.900,40	17.114.337,44	-1.176.562,96	-6,43%
TOTAL	29.592.185,74	28.166.676,18	-1.425.509,56	-4,82%



Os investimentos financeiros integram as partes de capital e os investimentos em imóveis.

Em termos de ativo bruto, temos:

Investimentos Financeiros	2012		2011	
	Ativo bruto	A/P	Ativo liq.	Ativo liq.
Partes de capital	12.177.633,18	1.125.294,44	11.052.338,74	11.301.285,34
Investimentos em imóveis	40.059.780,98	22.945.443,54	17.114.337,44	18.290.900,40
TOTAL	52.237.414,16	24.070.737,98	28.166.676,18	29.592.185,74

Partes de capital	2012
Geslours	3.561.953,03
Louresparque	798.076,64
Simtejo	4.450.500,00
Valorsul	3.144.534,54
Marl	222.568,97
Total	12.177.633,18

As partes de capital integram as empresas municipais e as empresas privadas. Estas últimas desdobram-se em: Simtejo S.A, a Valorsul S.A e o Marl S.A.

Investimentos em Imóveis	2012
Terrenos e recursos naturais	781.835,82
Edifício e outras construções	
Outras construções	
Emissário	676.544,53
Estação elevatória	550.762,66
Conduta elevatória	808.516,48
Interceptor	4.346.734,38
Etar	32.895.387,11
Total	40.059.780,98

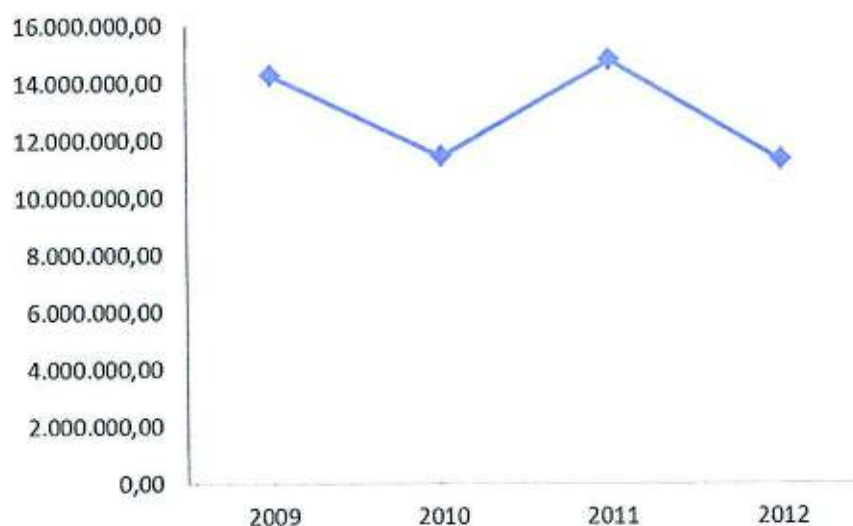
Na rubrica de investimentos em imóveis estão registados cerca de 40M€ (ativo bruto) de investimentos em imóveis – terrenos e recursos naturais, edifícios e outras

construções que respeitam ao contrato de concessão com a Simtejo (bens que vieram à posse do Município, nomeadamente Etar de Frielas e Loures).

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros registam em 2012 um valor de 11,3M€, a que corresponde, quando comparado a período homólogo, a uma diminuição de 23,6%. Esta rubrica apresenta de acordo com os registos dos últimos 4 (quatro) anos, uma tendência decrescente.

Dívidas de Terceiros	2011	2012	Variação	%
Administração Autárquica- MLP	1.884.264,53	1.269.136,82	-615.127,71	-32,65%
Clientes c/c, contribuintes e utentes c/c	8.064.674,72	6.526.110,05	-1.538.564,67	-19,08%
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	285.954,68	829.999,81	544.045,13	190,26%
Estado e Outros Entes Públicos	1.311.635,96	441.326,64	-870.309,32	-66,35%
Outros devedores	3.206.276,04	2.204.222,58	-1.002.053,46	-31,25%
Total	14.752.805,93	11.270.795,90	-3.482.010,03	-23,60%





A sub rubrica utentes c/c é a que apresenta maior peso e maior variação (-1,3M€) dentro da rubrica dos clientes c/c, contribuintes e utentes c/c.

Esta rubrica inclui essencialmente a dívida que decorre da habitação social e ação social.

Os **Outros devedores** apresentam um peso de 19,6% no total das dívidas de terceiros e apresentam um decréscimo de cerca de 1M€ comparativamente a 2011.

Para este efeito contribuíram os resultados dos:

- Devedores de transferências para as Autarquias Locais com um registo de 0,4 M€, face aos cerca de 1,6M€ do ano anterior, -1,3M€ e que se deve fundamentalmente à diminuição da dívida do Estado;

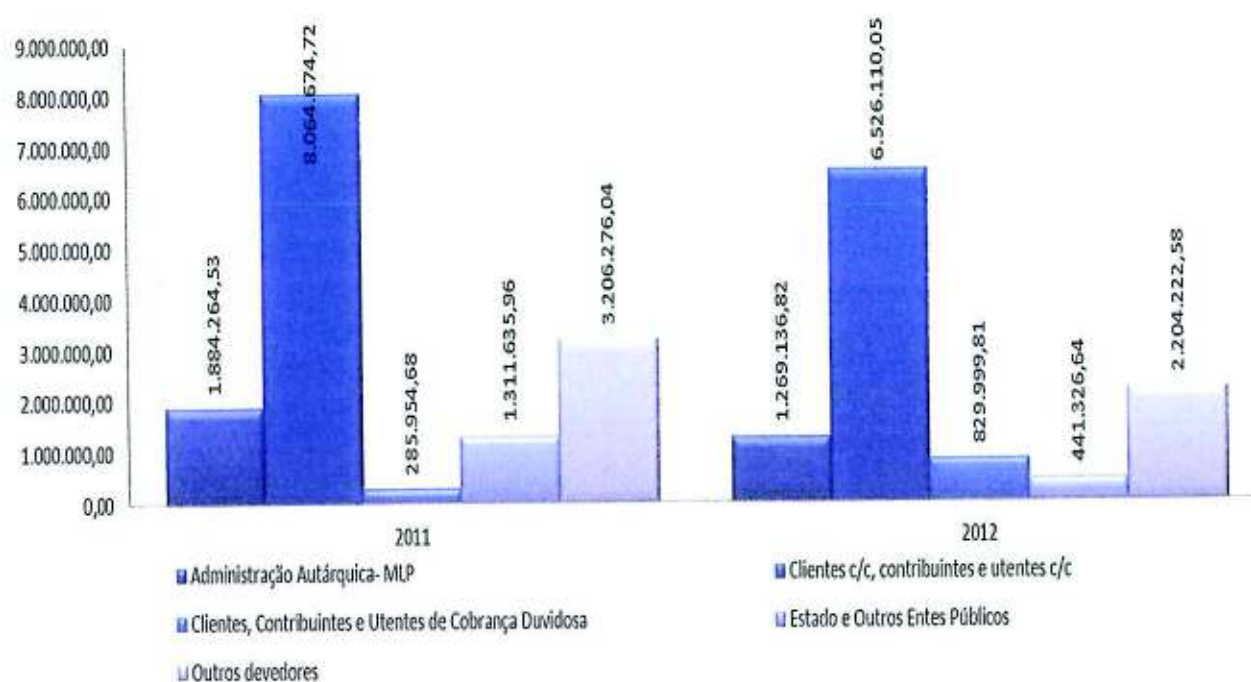
Os devedores de transferências para as Autarquias Locais respeitam ao Estado e Fundos Comunitários do Estado. Estão nesta situação:

- o EB1/JI Quinta do Conventinho;
- o EB1/JI Quinta das Mós;
- o EB1 S. João da Talha;
- o EB 1 do Prior Velho;
- o Escola EB do Fanqueiro;
- o Orquestras sinfónicas juvenis;
- o PORL, Linha Azul;
- o GIP'S – Gabinetes e Inserção Profissional;
- o Projeto E-AIRE;
- o Programa de generalização de fornecimento de refeições;
- o Prolongamento de horário;
- o Serviço de apoio à família;
- o Rota histórica das Linhas de Torres.

Dos outros devedores destacamos ainda a faturação de tarifas de águas residuais correspondente à quota-parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município (SM Loures).

As dívidas da **Administração Autárquica** (curto e longo prazo) resumem-se ao empréstimo contraído ao BPI para investimentos dos SM Loures.

Os clientes, **contribuintes e utentes de cobrança duvidosa** registam 13,8M€ face a 11,6M€ registados em 2011. O aumento prende-se fundamentalmente com o registo em cobrança duvidosa dos processos de conta-ordenações e rendas de habitação social.



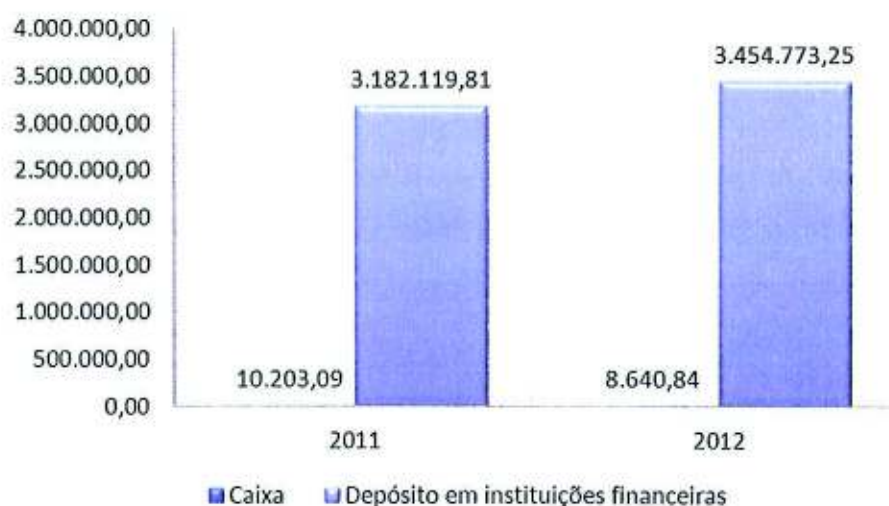


Disponibilidades

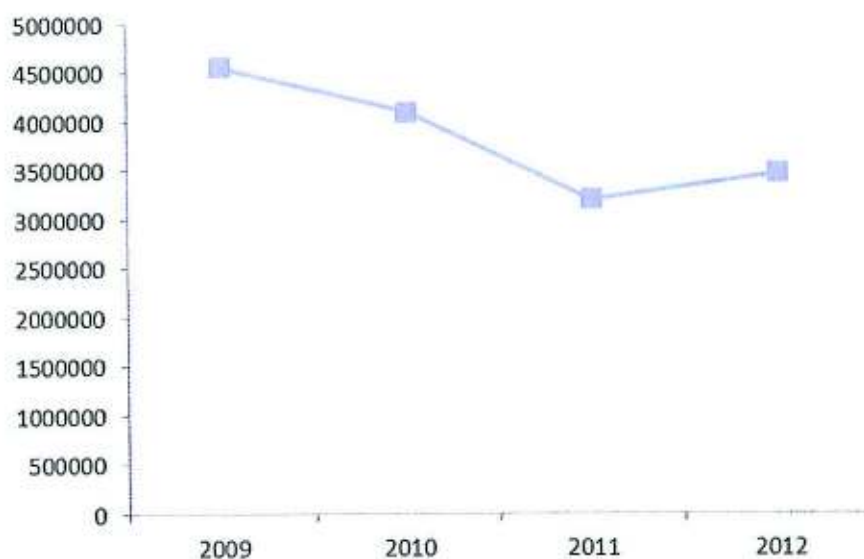
Disponibilidades	2011	2012	Variação	%
Caixa	10.203,09	8.640,84	-1.562,25	-15,31%
Depósito em instituições financeiras	3.182.119,81	3.454.773,25	272.653,44	8,57%
Total	3.192.322,90	3.463.414,09	271.091,19	8,49%

As disponibilidades aumentaram apenas 8,5% em relação ao ano transato. Este aumento deve-se fundamentalmente aos depósitos em instituições financeiras.

De referir que a 31 de dezembro de 2012 o valor em operações de tesouraria é de 2 M€. São consideradas como operações de tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.



Numa análise quadrienal pode-se verificar que a tendência das disponibilidades é decrescente.



Acréscimos de proveitos

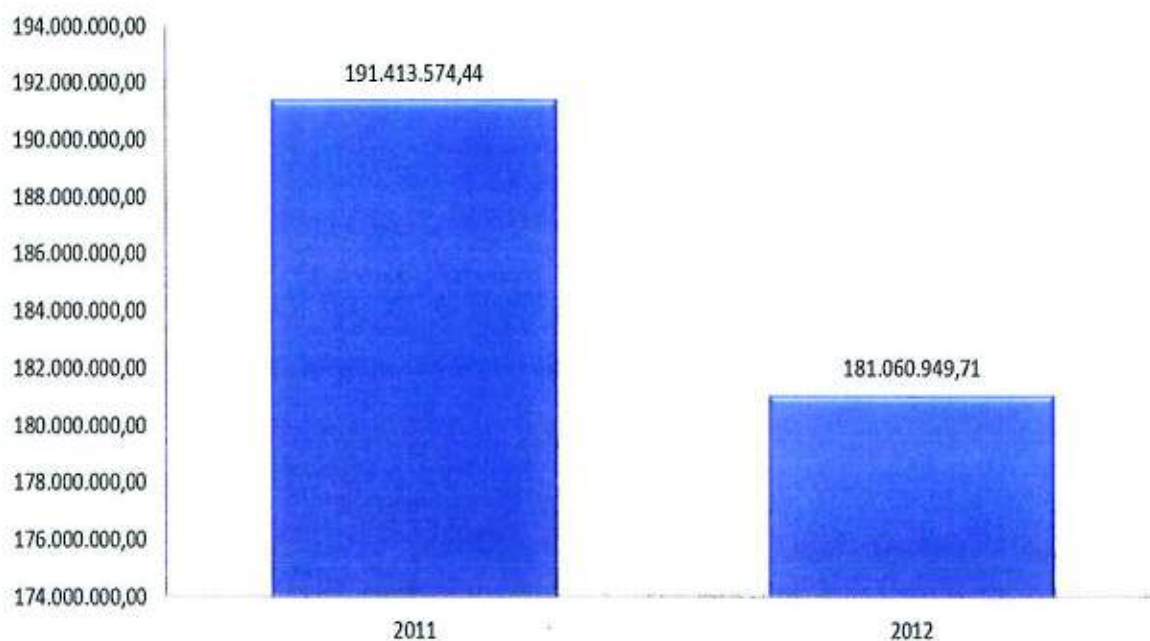
Os acréscimos de proveitos aumentaram 5M€. Esta variação deve-se ao resultado da rubrica referente a impostos que em 2012 regista 33,7M€ de acréscimos referentes ao IMI e em 2011 regista 27,7M€.

Acréscimos de proveitos	2011	2012	Variação	%
Juros a receber	78.155,28	3.192,76	-74.962,52	-95,91%
Impostos	29.178.513,30	34.636.787,32	5.458.274,02	18,71%
Transferências obtidas	799.847,68	980.589,51	180.741,83	22,60%
Outros	1.277.928,34	738.157,65	-539.770,69	-42,24%
Total	31.334.444,60	36.358.727,24	5.024.282,64	16,03%

Handwritten signature and initials

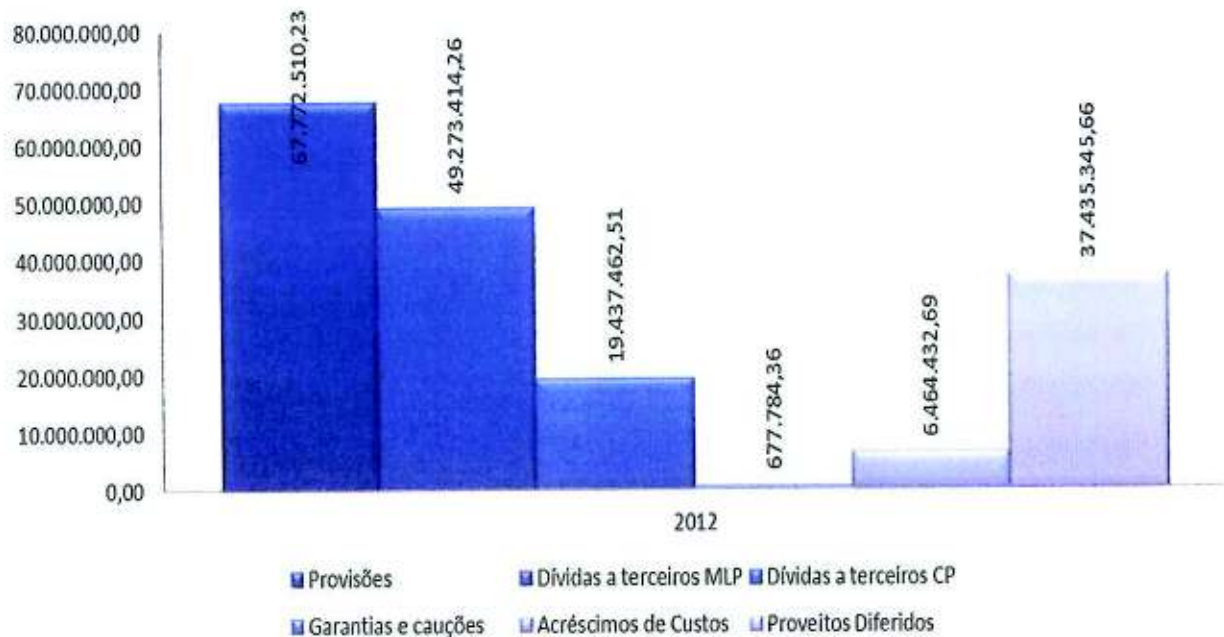
Passivo

O passivo totaliza cerca de 181,1M€, -5,4% em relação ao ano transato, ou seja, -10,4M€ e representa 13,1% do ativo e 14,9% dos fundos próprios.



Do passivo pode-se distinguir:

Estrutura do Passivo	2011	2012	Variação	%
Provisões	64.005.025,15	67.772.510,23	3.767.485,08	5,9%
Dívidas a terceiros MLP	49.120.060,94	49.273.414,26	153.353,32	0,3%
Dívidas a terceiros CP	31.958.472,36	19.437.462,51	-12.521.009,85	-39,2%
Garantias e caucões	897.781,20	677.784,36	-219.996,84	-24,5%
Acréscimos de Custos	6.113.248,82	6.464.432,69	351.183,87	5,7%
Proveitos Diferidos	39.318.985,97	37.435.345,66	-1.883.640,31	-4,8%
Total	191.413.574,44	181.060.949,71	-10.352.624,73	-5,4%



O quadro a seguir demonstra o detalhe do passivo:

Passivo	2011	2012	Variação	%
Provisões para riscos e encargos MLP	64.005.025,15	67.772.510,23	3.767.485,08	5,89%
Dívidas a Terceiros	44.569.095,66	38.807.193,74	-5.761.901,92	-12,93%
Fornecedores de Médio e Longo Prazo				
Fornecedores c/c c/Acordos	3.725.216,23	10.466.220,52	6.741.004,29	180,96%
Fornecedores imob. c/acordos de pag. CP	825.749,05	0,00	-825.749,05	-100,00%
Fornecedores c/c	14.947.393,62	6.255.733,17	-8.691.660,45	-58,15%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	6.838.763,13	3.142.123,15	-3.696.639,98	-54,05%
Fornecedores c/c c/Acordos	3.908.996,30	5.430.230,57	1.521.234,27	38,92%
Adiantamentos de clientes, contrib. e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	2.697.080,57	423.499,29	-2.273.581,28	-84,30%
Fornecedores imob. c/acordos de pag. Leasing	891.990,04	825.749,05	-66.240,99	-7,43%
	368.519,57	237.564,14	-130.955,43	-35,54%
Fornecedores de imobilizado -recepção conferência	786.279,35		-786.279,35	-100,00%
Estado e Outros Entes Públicos	449.436,40	431.487,13	-17.949,27	-3,99%
Outros Credores	1.070.013,38	2.691.076,01	1.621.062,63	151,50%
Garantias e Cauções	897.781,20	677.784,36	-219.996,84	-24,50%
Acréscimos de Custos	6.113.248,82	6.464.432,69	351.183,87	5,74%
Proveitos Diferidos	39.318.985,97	37.435.345,66	-1.883.640,31	-4,79%
Total	191.413.574,44	181.060.949,71	-10.352.624,73	-5,41%

Numa análise mais trabalhada aos valores registados em 2012, pode-se aferir que:

Relativamente às dívidas a terceiros a médio e longo prazo, estas apresentaram um valor de 49,3M€, o que representa mais 0,2M€.

Do conjunto das rubricas aqui incluídas, as de maior peso reportam-se aos empréstimos obtidos. Destes:

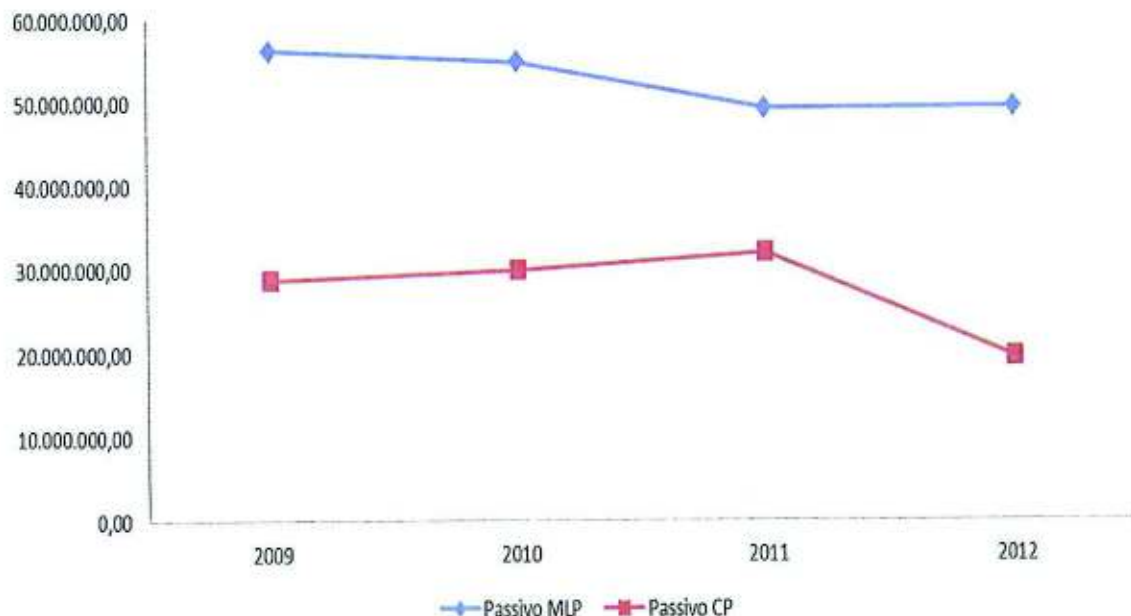
- 21,6M€ respeitam a empréstimos bancários para habitação;
- 15,9M€ respeitam a empréstimos bancários para investimentos municipais;
- 1,3M€ respeitam a empréstimos bancários de investimentos dos Serviços Municipalizados;

Os fornecedores c/c com acordos de pagamento a Médio e Longo Prazo, aumentaram cerca de 6,7M€ quando comparados com o período homólogo. Este aumento deve-se à deliberação, por parte da Assembleia Municipal de Loures sob proposta da Câmara Municipal, das seguintes propostas:

- Proposta n.º555/2012 - Acordo de pagamentos de dívida com a Simtejo, SA no valor de 9.184.776,76€;
- Proposta n.º556/2012 - Acordo de pagamentos de dívida com a Uniself, SA no valor de 1.035.155,96€;
- Proposta n.º557/2012 - Acordo de pagamentos de dívida com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures no valor de 2.553.551,72€;

Os fornecedores de imobilizado com acordos de pagamento a Médio e Longo Prazo diminuíram 0,8M€ comparativamente ao valor registado em 2011.

Quanto ao passivo de curto prazo e de médio/longo prazo:



As dívidas a terceiros a curto prazo apresentaram um valor de 19,4M€, o que representa - 12,5M€ comparativamente a 2011, cerca de -58,2%.

Os fornecedores c/c, os fornecedores com faturas em receção e conferência e os fornecedores de imobilizado c/c, foram as rubricas que maiores decréscimos pois registaram, -8,7M€, -3,7M€ e -2,3M€ respetivamente.

Contudo os fornecedores c/c com acordos aumentaram 1,5M€, devido à aprovação das propostas aprovadas (acordos de pagamento) e descritas anteriormente.

Os fornecedores de imobilizado com acordos de pagamento a curto Prazo em 2012 diminuíram 0,8M€ comparativamente a período. Este fato deve-se fundamental ao cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos.

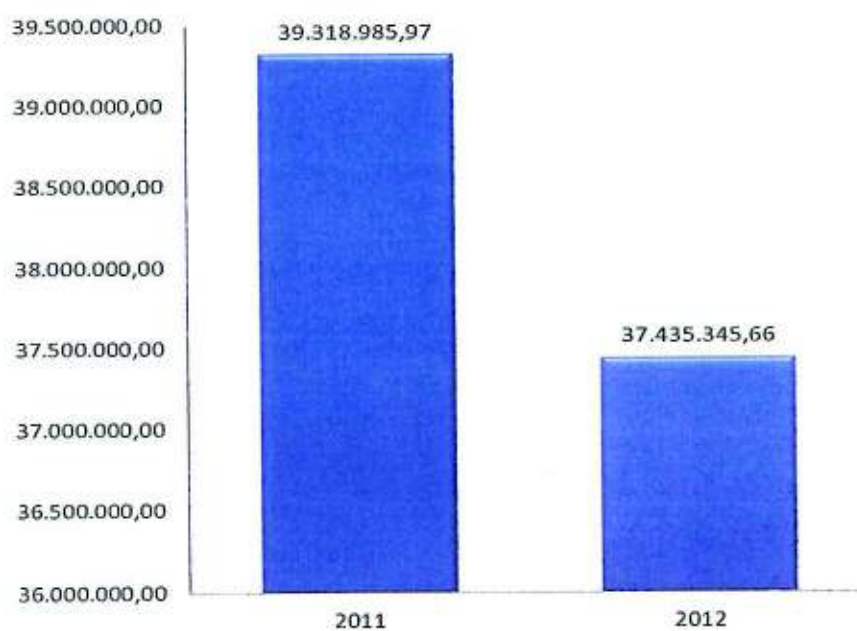
Proveitos Diferidos

Proveitos diferidos	2011	2012	variação	%
Proveitos diferidos	39.318.985,97	37.435.345,66	-1.883.640,31	-4,79%

Os proveitos diferidos pesam 20,7% no total do passivo. A redução registada nesta rubrica resulta fundamentalmente da especialização do exercício dos subsídios ao investimento arrecadados relativos:

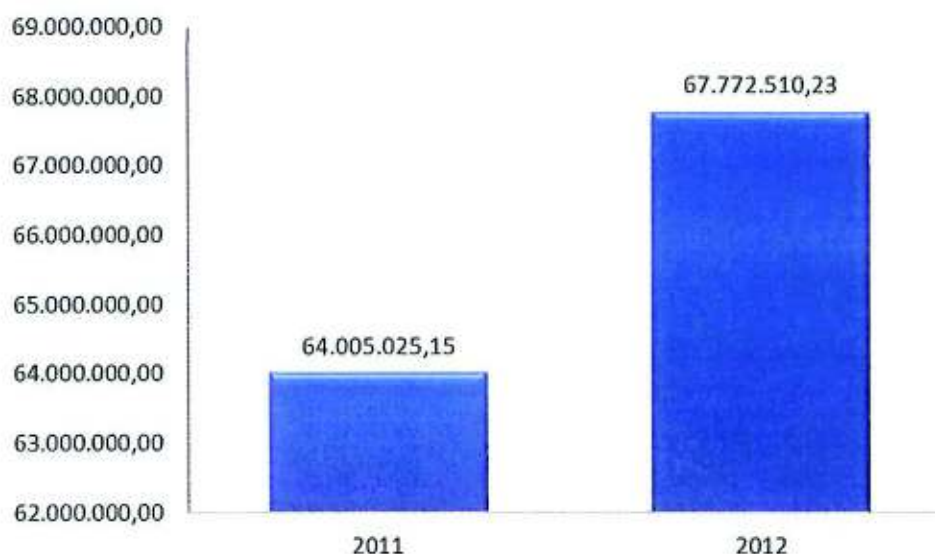
- JI de Fanhões (eixo 3.8/044);
- Ligação Pedonal Sacavém/Moscavide (eixo 1.5/111);
- Construção de Pavilhões Desportivos – DREL;
- Rede de Bibliotecas Escolares;
- Requalificação Urbana – Remodelação da Rua Severiano Falcão;
- Reabilitação do Palácio Marquês da Praia;
- Arquivo Municipal;
- Jardim de Infância n.º3 Stª. Iria de Azoia;
- Req. da Avª. Estado da Índia e envolv.(EN10);
- Reab./Renov.Prç. Central d/Apelação Lrg.Via 25 de Abril;
- Via T5 Unhos – Sacavém;
- Troços 18 e 19 – via de Cintura;
- SMAS (SIMTEJO);
- IHRU;
- Const. e Apetrech. da EB1/JI Qtª. das Mós PROLISBOA;
- Const.Apetrech.EB1/JI Qtª. Conventinho PROLISBOA;
- Subst.da Escola Básica João Villaret Loures;
- Remod.Ampliação EB1/J.I. Fanqueiro- Loures;
- Alarg. Rede Pré Escolar – EB1 n.º2 de S. João da Talha;
- Alarg.Redes Pré Escolar – EB1 Prior Velho;
- Alarg.Redes Pré escolar – EB1/J.I. Fonte Santa;
- Programa Sapadores Florestais;
- INTERREG III C QMARE;

- Alarg. Rede Pré Escolar – EB1 n.º1 Stº. Antão do Tojal
- Orquestras Sinfónicas Juvenis



Provisões para riscos e encargos diferidos

As provisões para riscos e encargos representam em 2012, 37,4% do total do passivo, sendo que comparativamente a período homólogo apresenta um acréscimo de 3,8M€.

Provisões para riscos e encargos	2011	2012	Variação	%
Processos judiciais em curso	32.756.145,25	34.412.820,43	1.656.675,18	5,06%
Sobre obrigações pecuniárias	143.453,68	143.453,68	0,00	0,00%
Outros riscos e encargos	31.105.426,22	33.216.236,12	2.110.809,90	6,79%
Total	64.005.025,15	67.772.510,23	3.767.485,08	5,89%

A variação registada resulta fundamentalmente:

- Provisões para outros riscos e encargos, onde se destaca a Parque Expo;
- Provisões para processos judiciais em curso no valor de 34,4M€.

Acréscimos de custos

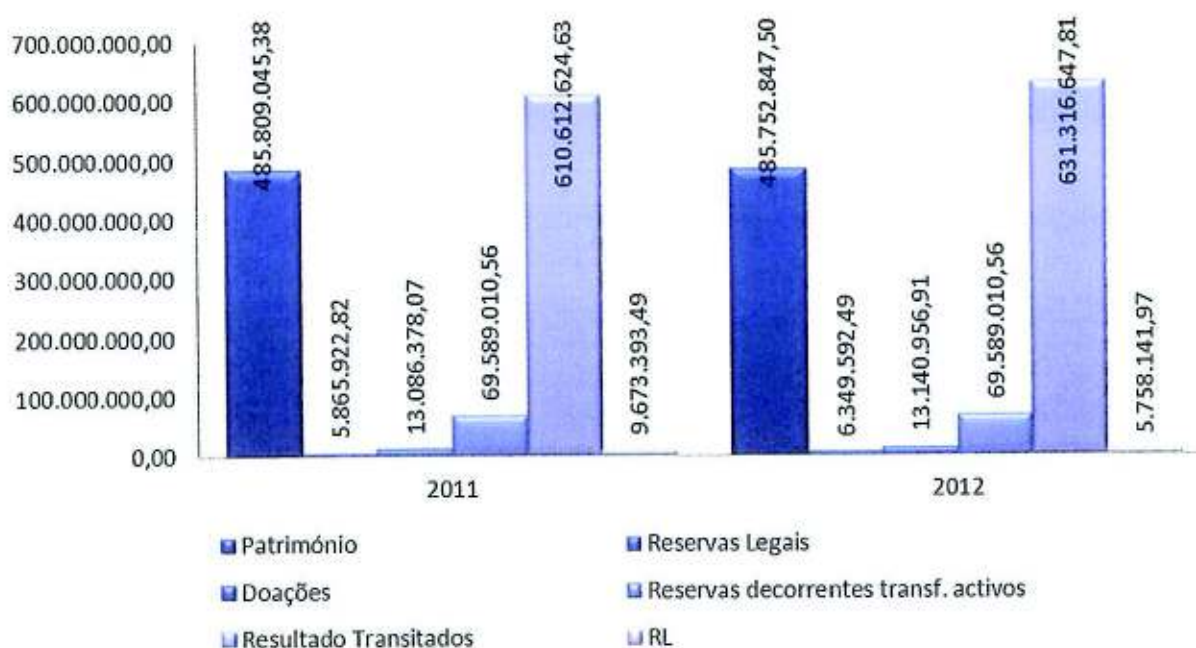
Os acréscimos de custos registam um aumento de 351 mil de euros comparativamente a 2011.

Acréscimos de Custos	2011	2012	Variação	%
Acréscimos de Custos	6.113.248,82	6.464.432,69	351.183,87	5,74%

Fundos Próprios

Fundos Próprios	2011	2012	Variação	%
Património	485.809.045,38	485.752.847,50	-56.197,88	-0,01%
Reservas Legais	5.865.922,82	6.349.592,49	483.669,67	8,25%
Doações	13.086.378,07	13.140.956,91	54.578,84	0,42%
Reservas decorrentes transf. activos	69.589.010,56	69.589.010,56	0,00	0,00%
Resultado Transitados	610.612.624,63	631.316.647,81	20.704.023,18	3,39%
RL	9.673.393,49	5.758.141,97	-3.915.251,52	-40,47%
Total	1.194.636.374,95	1.211.907.197,24	17.270.822,29	1,45%

Os Fundos Próprios totalizam 1,2 mil M€, mais 17,3M€ do que em relação ao ano transato.



O aumento de 17,3M€ na rubrica referente ao património deve-se a essencialmente aos resultados transitados.



O aumento dos resultados transitados em +20,7M€ decorre da aplicação dos resultados líquidos de 2011 e das correções e regularizações desenvolvidas.

Resultados Transitados	2012
Exercício de 2004	6.339.486,97
Exercício de 2005	8.959.805,52
Exercício de 2006	11.640.291,08
Exercício de 2007	31.440.818,08
Exercício de 2008	9.373.737,59
Exercício de 2009	-14.304.622,00
Exercício de 2010	11.699.585,63
Exercício de 2011	9.189.723,82
Outras reg. (correções)	556.977.821,12
Total	631.316.647,81

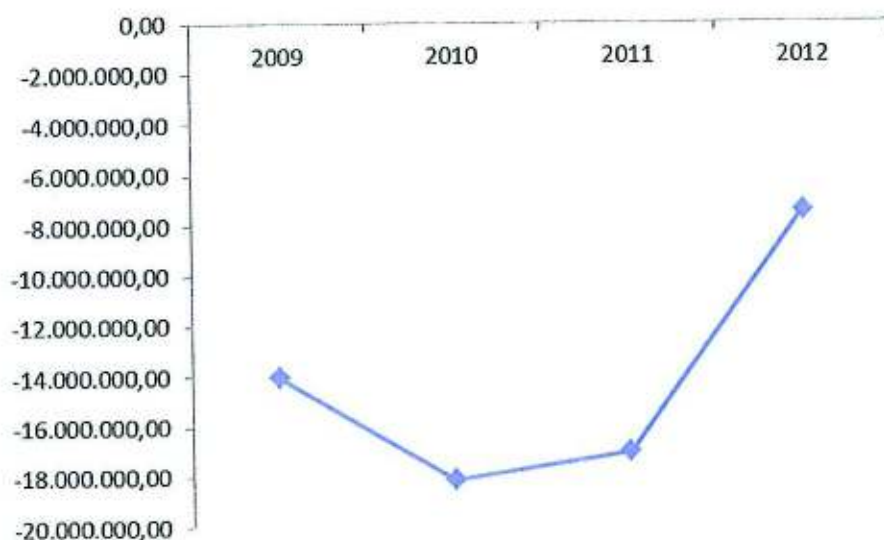
As reservas decorrentes da transferência de ativos não sofreram alterações. Estas respeitam à transferência de bens móveis e imóveis da Simtejo, SA para a Câmara Municipal.

Análise Económica e Financeira

A análise financeira através do método dos rácios e dos indicadores consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados. A seleção e os ajustamentos entre os diferentes dados disponíveis, são os mesmos que foram usados pela Inspeção Geral de Finanças.

Liquidez

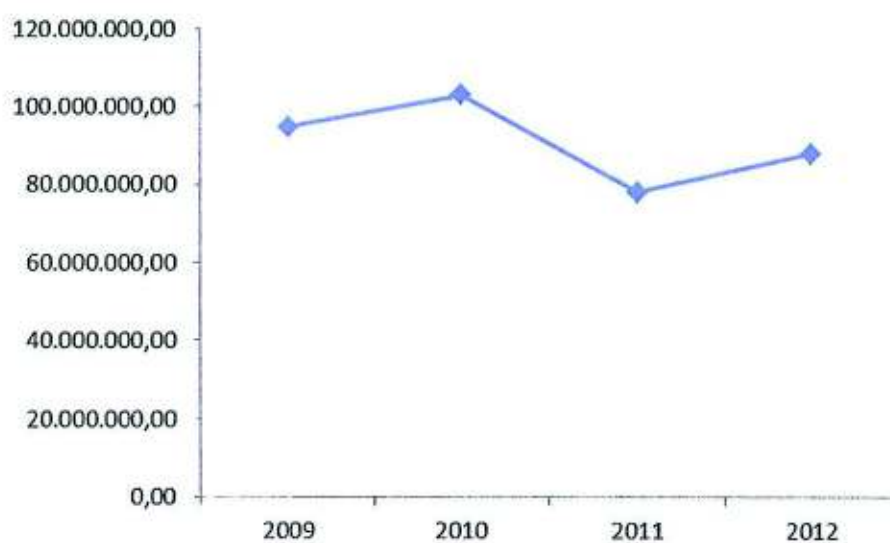
Liquidez	2009	2010	2011	2012
Disponibilidades	4.547.589,07	4.084.105,61	3.192.322,90	3.463.414,09
Dívidas a receber de CP	10.706.432,74	8.343.446,72	12.582.586,72	9.171.659,27
Dívidas a pagar de CP	29.302.603,90	30.596.255,35	32.856.253,56	20.115.246,87
Total	-14.048.582,09	-18.168.703,02	-17.081.343,94	-7.480.173,51



Em 2012 e comparativamente ao período homólogo a liquidez subiu cerca de 9,6M€, tendo passado para -7,5M€.

Capacidade de solvência

Capacidade de solvência	2009	2010	2011	2012
Receitas totais do ano anterior	121.734.782,00	130.448.124,11	108.403.814,55	104.194.620,79
Dívidas a fornecedores	27.080.585,20	27.569.371,36	30.439.022,58	16.314.899,37
Total	94.654.196,80	102.878.752,75	77.964.791,97	87.879.721,42



A capacidade de solvência da autarquia face ao disposto no artigo 41º da Lei das Finanças Locais resume-se ao quadro anterior. Comparativamente ao ano de 2011 as receitas totais do ano anterior diminuíram 4,2M€ e as dívidas a fornecedores diminuíram 14,1M€.

Endividamento Líquido Global

Endividamento Líquido global	2012
dívidas a receber	11.270.795,90
Disponibilidades	3.463.414,09
Total	14.734.209,99
Endividamento Líquido	53.976.666,78
	Dívidas a pagar (CP+MLP) 68.710.876,77

Rácios económico-financeiros

	2009	2010	2011	2012	Graf.
Rácios de Liquidez					
Liquidez Geral (activo circulante/passivo circulante)	54,39%	43,03%	49,31%	67,53%	
Liquidez reduzida (activo circulante - existências/passivo circulante)	53,58%	42,49%	48,68%	66,94%	
Liquidez imediata (disponibilidades/passivo circulante)	8,69%	13,35%	9,72%	17,22%	
Endividamento					
Endividamento (passivo/activo líquido)	16,80%	13,39%	13,81%	13,00%	
Estrutura de endividamento (dívidas MLP/passivo)	34,38%	33,61%	25,66%	27,21%	
Estrutura de endividamento (dívidas CP/passivo)	17,95%	18,79%	17,17%	11,11%	
Rácios de Solvabilidade e Autonomia					
Autonomia Financeira	0,832	0,866	0,862	0,870	
Capacidade de endividamento de MLP	0,065	0,049	0,039	0,039	
Cobertura do imobilizado pelos Cap. Permanentes	0,920	0,929	0,931	0,940	

O rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade que a autarquia tem de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

Quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo, é desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a empresa tem pelo menos activos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Rácio de liquidez reduzida é em tudo idêntico ao da liquidez geral, exceto no seu grau de exigência, dado que neste no rácio assume-se que as existências serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no Balanço.


	2009	2010	2011	2012	Graf.
SOLVABILIDADE	5,0	6,5	6,2	6,7	

Aumento do grau de solvabilidade em relação ao ano transato que decorre da diminuição do valor do passivo.

Este rácio é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos do município financiados por fundos próprios versus financiados por capitais alheios.



Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira, quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Imobilizações	2009	2010	2011	2012	Graf.
Indicador da Imobiliz (capitais permanentes/imob.liquido)	92,02%	92,92%	93,05%	94,00%	

O grau de cobertura do imobilizado aumentou devido ao peso dos capitais permanentes.

	2009	2010	2011	2012	Graf.
Endividamento					
Endividamento(passivo/activo liquido)	16,80%	13,39%	13,81%	13,00%	
Estrutura de endividamento (dividas MLP/passivo)	34,38%	33,61%	25,66%	27,21%	
Estrutura de endividamento (dividas CP/passivo)	17,95%	18,79%	17,17%	11,11%	

O endividamento mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da autarquia. Quanto menor for o valor, tanto menor será a dependência da Câmara face ao financiamento externo.

Saneamento e Reequilíbrio Financeiro

Os dados doravante apresentados são os que se encontram registados na ficha do município na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais).

Nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março "Constituem fundamentos da necessidade de recurso a empréstimo para saneamento financeiro o preenchimento de uma das seguintes situações":

Saneamento Financeiro	2011		2012		Verificação
Endividamento líquido (relevante p/limite) em 31/12/n/	11.744.688,00		-23.524.589,00		>125% Não foi ultrapassado
Receitas relevantes p/cálculo do limite geral (artigo 37º da LFL)	69.305.844,05	16,95%	63.400.469,01	-37,10%	
Dívidas a fornecedores em 31/12 /	32.103.027,00	28,74%	16.954.796,00	15,86%	>40% Não foi ultrapassado
receitas totais do ano n-1	111.704.801,00		106.893.598,00		
Passivos financeiros do Município 31/12 /	90.144.587,00	130,07%	77.806.527,00	122,72%	>a200% Não foi ultrapassado
receitas totais do ano n	69.305.844,00		63.400.469,01		
PMP	60		137		> 6 meses Não foi ultrapassado

Nos termos do artigo 8.º " A situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira pode ser declarada pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, quando se verificarem pelo menos três das seguintes situações:

Reequilíbrio Financeiro	2011		2012		Verificação
Capital em dívida da EMLP (relevante p/limite) em 31/12/2010 / Receitas relevantes p/cálculo do limite geral (artigo 37.º da LFL)	21.321.304,86 69.305.844,05	30,76%	16.303.366,00 63.400.469,01	25,71%	>100% Não foi ultrapassado
Endividamento líquido (relevante p/limite) em 31/12/n / Receitas relevantes p/cálculo do limite geral (artigo 37.º da LFL)	11.744.688,00 69.305.844,05	16,95%	-23.524.589,00 63.400.469,01	-37,10%	>175% Não foi ultrapassado
Dívidas a fornecedores em 31/12 / receitas totais do ano n-1	32.103.027,00 111.704.801,00	28,74%	16.954.796,00 106.693.598,00	15,86%	>50% Não foi ultrapassado
Passivos financeiros do Município 31/12 / receitas totais do ano n	90.144.587,00 69.305.844,00	130,07%	77.805.527,00 63.400.469,01	122,72%	>300% Não foi ultrapassado
PMP	60		137		> 6 meses Não foi ultrapassado

Durante o ano 2012 não se verificou violação das obrigações de redução dos limites de endividamento previstos no n.º2 do artigo 37.º e no n.º3 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais.

Desta forma podemos concluir que nos termos do Decreto-Lei nº38/2008 de 7 de Março o Município a 31 de Dezembro não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural nem estrutural.